



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0803/12	DATA: 04/06/2012
INÍCIO: 15h13min	TÉRMINO: 19h44min	DURAÇÃO: 04h31min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h37min	PÁGINAS: 98	QUARTOS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

STÊNIO PIMENTEL FRANÇA SANTOS – Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte — SEJUC.
MÁRCIA MAIA – Deputada Estadual.
ANTONIO MURILO DE PAIVA – Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONSEC.
MARCONI ANTAS FALCONE DE MELO – Promotor de Justiça.
JOSÉ FRANCISCO CORREIA JUNIOR – Delegado, titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente — DCA.
EUDES CABRAL FIGUEIREDO – Pastor e Diretor-Executivo da Convenção Batista do Rio Grande do Norte.
VERÔNICA MARIA DA COSTA DANTAS – Secretária-Adjunta de Assistência Social da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Natal – RN.
FERNANDO MINEIRO – Deputado Estadual.
PAULO DAVIM – Senador da República.
JULIA ARRUDA – Vereadora.
ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA – Representante da Polícia Rodoviária Federal.
ISABEL CRISTINA TORRES DE LIMA – Conselheira Tutelar.
ALCIO HENRY CHAVES DA COSTA – Conselheiro Tutelar.
SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS – Coordenadora Político-Pedagógica da Casa Renascer.
MARINALVA CARDOSO – Coordenadora do Fórum Estadual da Erradicação do Trabalho da Criança e de Proteção ao Adolescente Trabalhador — FOCA-RN.
GILSON DE MEDEIROS COSTA – Assistente Social e Coordenador do Projeto ViraVida.
JOSÉ ARNOR DA SILVA- Diretor Jurídico do Sindicato dos Servidores do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte.

SUMÁRIO: Audiência pública com os convidados.

OBSERVAÇÕES

Audiência realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há expressão ininteligível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Nós queremos, inicialmente, dar nosso boa-tarde a todas e a todos os presentes, cumprimentar os telespectadores da *TV Assembleia* que estão nos assistindo neste exato momento e declarar aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da exploração sexual de crianças e adolescentes, que está sendo realizada nesta Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

A CPI, como todos sabem, é de iniciativa da Câmara dos Deputados e esta audiência, inclusive, é fruto de um requerimento que nós apresentamos à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero, já, imediatamente, informar a Mesa da satisfação e ao mesmo tempo agradecer a presença aqui das minhas colegas, companheiras Deputadas Federais. A Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, preside os trabalhos desta CPI. Igualmente quero dizer da nossa satisfação e agradecer a presença da Deputada Liliam Sá, do PSD do Rio de Janeiro, que é a Relatora da CPI.

Quero chamar para compor a Mesa o Sr. Marconi Falcone, que aqui representa o Ministério Público Estadual; o nosso querido Padre Murilo de Paiva, Presidente do CONSEC, o Conselho Estadual em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Quero também chamar para a Mesa José Correia Júnior, Delegado Titular da Delegacia da Especializada da Criança e do Adolescente.

Igualmente, quero chamar para a Mesa o Dr. Aliathar Gibson, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal.

Quero chamar também para a Mesa o Dr. Stênio Pimentel França Santos, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte, representando aqui, nesta audiência pública, a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini.

Quero chamar também a Deputada Estadual Márcia Maia, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Quero chamar também Sayonara Dias, representante aqui do Fórum da Criança e do Adolescente. Quero chamar também Verônica Maria da Costa Dantas, Secretária-Ajunta da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Natal,



aqui, nesta solenidade, representando a Prefeita de Natal, Micarla de Sousa, e o Sr. Alcedo Borges de Melo Júnior, Secretário Municipal do Trabalho e Assistência Social.

Quero também chamar a Vereadora Júlia Arruda, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal de Natal.

A Mesa já está composta. Está certo, Oliveira.

A Deputada Sandra Rosado, que é membro titular desta Comissão Parlamentar de Inquérito, também deve estar chegando.

Nós pediríamos inclusive a compreensão dos demais participantes desta audiência, porque, à medida que forem chegando mais autoridades, nós organizamos a nossa Mesa, não é, Elizabeth Nasser?

Bom, antes de passar a palavra à Deputada Erika Kokay — que é a Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito —, para que ela possa exatamente coordenar os trabalhos na tarde de hoje, eu quero, Deputada Erika, em primeiro lugar, agradecer a cada um dos que atenderam ao nosso convite e aqui estão. Quero, inclusive, agradecer a presença da imprensa — não é Julião? —, que, sem dúvida nenhuma, tem um papel muito importante, na medida em que é exatamente a imprensa que leva a informação ao conhecimento da sociedade.

Acaba de chegar a Deputada Márcia Maia, a quem eu chamo para vir fazer parte da Mesa dos trabalhos, na condição de Presidente da Frente Parlamentar em âmbito estadual.

Mas eu quero, igualmente, também cumprimentar os representantes dos movimentos sociais aqui presentes; os representantes das instituições governamentais, seja no plano federal, estadual ou municipal; os estudantes; os representantes dos movimentos sociais, por intermédio do Conselho, do Fórum da Criança e do Adolescente — ouviu, Marcos Dionísio? —, e agradecer o empenho que todos tiveram para que nós pudéssemos exatamente realizar a presente audiência pública aqui no Rio Grande do Norte, aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

O fato é que esta CPI está instalada e tem exatamente como foco tratar de uma temática muito cara à vida das nossas crianças e adolescentes, que é a temática da exploração sexual infantojuvenil. Esta CPI já foi, inclusive, realizada no



Congresso Nacional, na legislatura passada, mas o tema e a realidade da questão da exploração sexual infantojuvenil é tão desafiadora, é tão complexa, que exigiu novamente esse esforço e esse empenho da Câmara dos Deputados para dar continuidade a todo esse trabalho de investigação, de análise dessa temática, o que fez exatamente a Câmara dos Deputados instalar a presente CPI da Exploração Sexual Infantojuvenil. Esta Comissão vem sendo conduzida, vem sendo coordenada por duas Parlamentares muito competentes, de muito compromisso, duas Parlamentares que têm uma militância muito proativa, uma militância muito presente na luta em defesa da cidadania e em defesa da cidadania das nossas crianças e adolescentes, a Deputada Liliam e a Deputada Erika, Deputadas já de muita experiência no que diz respeito exatamente a esta temática.

Então, quero dizer, aqui, para vocês, que a Comissão está em boas mãos. É claro que é um trabalho coletivo, é um trabalho compartilhado pelos demais membros da Comissão, mas ela está em boas mãos, sendo coordenada tanto pela Deputada Erika como pela Deputada Liliam, a quem eu quero mais uma vez agradecer a sensibilidade e o esforço que fez para aqui estar presentes.

Segundo, queria colocar que, evidentemente, Natal não poderia ficar de fora, Elizabeth Nasser, desse roteiro. Eu até bem que gostaria que não fosse necessário uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que trata da temática da exploração sexual infantojuvenil, vir ao Rio Grande do Norte. O ideal para nós seria que ela nem precisasse vir. Mas, infelizmente, não é essa a realidade. Muito pelo contrário: os estudos feitos pela Secretaria Nacional de Defesa dos Direitos Humanos — brilhantemente hoje coordenada pela colega Deputada Federal Maria do Rosário, que esteve inclusive recentemente, não é, Padre Murilo, conosco —, repito: estudos feitos pela Secretaria Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, bem como por outras instituições, revelam o quanto o problema da exploração sexual infantojuvenil alastra-se por todo o País. Estudos feitos revelam, inclusive, que Natal está no mapa e Natal está inclusive incluída entre as capitais, entre as cidades que têm uma incidência muito forte no que diz respeito exatamente à questão da exploração sexual infantojuvenil, situação essa que é derivada por ene razões, por ene fatores. O fato é que essa é uma fotografia do cotidiano de Natal e do Rio Grande do Norte. Deputada Erika, nós sabemos quais são os pontos de maior visibilidade, onde se



encontram exatamente crianças e adolescentes sendo arrastados para essa situação de muita degradação humana, que é exatamente a questão da exploração sexual infantojuvenil.

Nós estamos às vésperas de sediar Copa do Mundo no País, e Natal, inclusive, é uma das cidades-sedes, o que nos leva a alertar mais ainda para essa problemática, porque sabemos que o turismo, de um lado, é sem dúvida nenhuma um forte vetor do ponto de vista da geração de emprego, de renda, do ponto de vista do desenvolvimento da nossa cidade, do Nordeste e do País. Mas nós sabemos também que junto com o turismo vem muitas das mazelas de natureza social, e uma delas é exatamente a questão da exploração sexual infantojuvenil.

Tudo isso nos leva a nos organizarmos para cobrarmos, primeiro, da sociedade um envolvimento, a mobilização social e, de outro lado, cobrar dos poderes públicos as medidas, as iniciativas, as políticas públicas necessárias para o enfrentamento dessa realidade. E a CPI tem exatamente esse caráter, a CPI tem um caráter didático, um caráter pedagógico, que é o caráter de traçar o diagnóstico, de atualizar o diagnóstico. Mas não é só traçar nem atualizar o diagnóstico. É atualizar o diagnóstico para que esse diagnóstico se constitua no instrumento concreto de nós demandarmos das autoridades. Por isso, ao lado das oitivas, que é o que chamamos aqui das audiências públicas, a CPI realiza as diligências, como foram feitas hoje, e vou deixar que as Deputadas falem, porque na verdade o objetivo nosso é traçar o diagnóstico, atualizar o diagnóstico e nada mais adequado para traçar esse diagnóstico, para atualizar esse diagnóstico do que nós virmos *in loco*, Deputada Márcia Maia, para ouvirmos as pessoas, para vermos de perto a problemática, para ouvirmos as pessoas, para ouvirmos o desabafo, seja da criança, do seu pai, do responsável, seja dos agentes que lidam com essa temática. Muitas vezes os agentes públicos estão de mãos atadas, porque lhes falta completamente a estrutura necessária para fazer aquela política pública agir.

Quero aqui rapidamente registrar a presença, com muita satisfação, do Deputado Fernando Mineiro, Deputado também muito atuante nessa temática da luta em defesa da cidadania e da cidadania da criança e do adolescente. Um Deputado, Erika, que inclusive tem dado uma contribuição muito grande no que diz respeito à questão orçamentária, à questão das finanças.



Quero chamar o Deputado Mineiro para compor a Mesa.

Quero chamar também a Vereadora Júlia Arruda, que, me parece, acabou de chegar. Quero chamá-la para também compor a Mesa

Bom, como eu estava dizendo, nós queremos, com esta CPI, demandar as autoridades no que diz respeito às políticas públicas, às medias, sejam elas de cunho preventivo, sejam de cunho da reparação, da responsabilização. O fato é que é um tema que desafia a todos nós pelo que ele tem exatamente de explosivo, pelo que ele tem de complexidade, pelo que ele tem da questão mais cara, que é a questão da vida humana, e a vida humana das nossas crianças e adolescentes. É um problema muito complexo, não adianta, de repente, botar a culpa só na família, porque a família está desagregada. Não adianta botar a culpa só nesse aspecto. O fato é que, acima de tudo... Vou chamar a Vereadora Júlia Arruda para ficar aqui na frente. A Vereadora Júlia Arruda é Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal de Natal, Deputada Erika, Deputada Liliam.

O fato é que, repito, é um tema muito complexo, e as causas, por sua vez, também são variadas e bastante complexas. Por isso, iniciativas como esta, no caso, a CPI, são uma forma de o Congresso Nacional, de a Câmara dos Deputados também estar presente e dar a sua colaboração, inclusive no que diz respeito ao debate de cunho legislativo, de aprovação de novas leis ou de atualização da legislação naquilo que é mais necessário e que é mais adequado para coibirmos os abusos e os crimes que efetivamente são cometidos nessa área em todo o País.

Com essas considerações iniciais, quero, mais uma vez, agradecer a presença a todos e a todas e dizer que a metodologia da nossa audiência pública vai ser, primeiro, ouvir a Mesa, os que fazem parte da Mesa; no segundo momento, nós vamos abrir para a fase de depoimento. Quem tiver algum depoimento a fazer, portanto, vai fazer uso do microfone. E a terceira etapa seria, se o tempo for suficiente ainda, para abrimos o debate para os demais presentes.

Quero comunicar a todos que recebi uma correspondência do Deputado Hermano Moraes — Deputado também que tem uma atuação nessa área, em defesa da criança e do adolescente —, e ele nos manda um comunicado dizendo:



"Impossibilitado de comparecer à importante audiência pública da CPI da Câmara Federal sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, em virtude de compromissos agendados anteriormente, parablenzo V.Exa. pela louvável iniciativa e coloco nosso mandato à disposição, somando esforços nesta justa causa."

Com essas considerações iniciais, quero passar imediatamente a coordenação dos trabalhos à Deputada Erika Kokay.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Gostaria de desejar uma boa tarde a cada uma e a cada um de vocês e dizer que tanto eu quanto a Deputada Liliam Sá nos sentimos muito felizes de estar aqui neste momento. Talvez devêssemos estar em outras ocasiões, não dialogando com tanta dor. Mas nos sentimos muito felizes de estarmos aqui nesta cidade para podermos fazer o enfrentamento necessário à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Gostaria de agradecer muito ao Presidente desta Assembleia, o Deputado Ricardo Motta, por ter autorizado e oferecido os recursos materiais e humanos necessários para que pudéssemos estar instalados aqui, no dia de hoje, esta CPI, para podermos escutar a comunidade, a sociedade civil, o Estado, enfim, aqui no Rio Grande do Norte, para que possamos traçar um diagnóstico acerca da situação neste Estado.

Quando nós falamos de um diagnóstico, não estamos falando apenas de um diagnóstico em que nós estejamos pontuando quais são as crianças e os adolescentes que se encontram em situação de exploração sexual. Quando nós falamos de diagnóstico, estamos falando também das estruturas do próprio poder público, na perspectiva de poder fazer o enfrentamento à exploração sexual; nós também estamos falando das dotações orçamentárias necessárias para que as políticas possam se desenvolver; nós estamos também falando de um diagnóstico que deve incluir as políticas de prevenção para que possamos fazer realmente o combate à exploração sexual e ao turismo sexual de crianças e adolescentes. Mas não só as políticas de prevenção, como as políticas de atendimento às vítimas de exploração sexual de crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual. Nós também queremos fazer o diagnóstico sobre o nível de responsabilização dos



agressores, ou responsabilização daqueles que são autores da exploração sexual de crianças e adolescentes. Quando nós falamos de diagnóstico, portanto, nós não estamos falando apenas da quantidade de meninos e meninas que têm as suas vidas, a sua infância e a sua adolescência roubada, porque nós estamos falando do roubo de infância, do roubo da adolescência, do impedimento de que crianças possam ser crianças e que adolescentes possam ser adolescentes e viver a adolescência na sua profundidade. Nós estamos falando do roubo da condição humana, da desumanização que foi o fio condutor de todos os três grandes traumas que a história brasileira sofreu: o colonialismo, onde a visão patrimonialista dos que se sentiam donos da terra também os fazia se sentirem donos das mulheres, donos das crianças, donos dos trabalhadores; a escravidão, que literalmente desumaniza; e a ditadura militar, que colocou não apenas as pessoas, mas o País em uma sala escura, desencarnando e separando corpo e alma desta Nação.

Por isso, nós estamos falando da desumanização, quando estamos falando de exploração sexual de crianças e adolescentes. E quando combatemos a exploração sexual de crianças e adolescentes, nós combatemos muita coisa, combatemos a desigualdade social que empurra a pobreza, que empurra tantas vezes crianças e adolescentes para serem vítimas e serem entregues, como se estivessem em bandejas, para a voracidade de uma sociedade com esse nível de desigualdade. Nós estamos falando do combate à desigualdade étnica, desigualdade de gênero, desigualdade adultocêntrica, etária, a lógica adultocêntrica. Portanto, quando nós enfrentamos a exploração sexual de crianças e adolescentes, enfrentamos uma série de desigualdades que se concentram e são sintetizadas na exploração que atinge tantas crianças e tantos adolescentes.

Nós, da CPI, estivemos hoje em uma reunião no Ministério Público, onde colhemos uma série de dados acerca do fenômeno da exploração sexual aqui no Estado, mas não apenas os dados da incidência da exploração e do turismo sexual. Como eu disse, nós queremos saber o nível de responsabilização, porque a impunidade, que deve ser rompida, para além de todos os malefícios que provoca, ainda provoca a naturalização do que não pode ser naturalizado. A impunidade naturaliza, faz com que o olho se acostume, com que o coração se acostume, com que a vida se acostume a que tenhamos crianças e adolescentes que são tantas



vezes revitimizados, são revitimizados pela pobreza, são revitimizados quando passam a não ser sujeitos do seu próprio corpo, da sua própria sexualidade, que tem uma fase muito peculiar a ser respeitada; passam a ser, em verdade, transformados em mercadorias, e passam a ser objeto de lucro absolutamente inadmissível, quando se fala de pessoas, de seres humanos. E muitas vezes são revitimizados, por fim, quando a sua fala não é considerada, quando a sua fala é ignorada e quando a sua dor é desconsiderada pelo conjunto da sociedade.

Portanto, nós estamos com o objetivo muito claro de traçar esse diagnóstico, para romper essas cadeias de vitimização que atingem crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.

Estivemos no Ministério Público na manhã de hoje, para que possamos ter um panorama acerca disso, não apenas da incidência da exploração sexual aqui no Estado, mas também dos mecanismos, do perfil, enfim de todos os dados necessários para que se possa estabelecer uma política. E, eu vou reafirmar, política de prevenção, porque aqui nós temos um plano de enfrentamento da exploração sexual, que obviamente tem que ser um plano que reconheça a incompletude institucional, tem que ser um plano, portanto, intersetorial. E nós queremos acompanhar o seu desenvolvimento e inclusive que ele esteja presente e visível no Orçamento.

Nós estamos na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e temos uma lei neste País, que não pode ser todos os dias pisoteada, que diz que crianças e adolescentes são prioridades absolutas inclusive sob o ponto de vista orçamentário.

Então nós queremos fazer este diagnóstico, de como está o plano de enfrentamento, quais são os recursos orçamentários que estão sendo previstos, como estão sendo visibilizados e que recorte existe, para que nós possamos fazer com que o plano se desenvolva.

Nós queremos também discutir o atendimento, que mecanismo se tem para o atendimento. Porque nós fizemos uma avaliação dos resultados da CPI Mista que aconteceu no Congresso Nacional, que teve como Relatora a hoje Ministra Maria do Rosário e como Presidenta a então Senadora e hoje Deputada Patrícia Saboya, e ali nós fomos ver que o atendimento das vítimas de exploração sexual, crianças e adolescentes, foi um atendimento que não fez com que essas pessoas



ressignificassem suas vidas e pudessem interromper a trajetória que as coloca em situação de exploração sexual.

E também nós vimos a responsabilização: quais são os inquéritos que foram concluídos, como estão esses inquéritos, que se transformaram em denúncias do Ministério Público, que se transformaram em condenação, para o rompimento da própria impunidade.

Então nós fizemos essa discussão hoje no Ministério Público, uma discussão bastante rica. Estivemos em seguida na delegacia. E estamos aqui. Temos o prazer de estar com o Delegado Correia Júnior, que não estava na ocasião em que nós estivemos na delegacia, mas que teve a gentileza e o compromisso de estar aqui conosco nesta audiência pública. Nós vimos a situação extremamente precária da delegacia, inclusive o funcionamento em horário de expediente e o não funcionamento nos finais de semana, a condição precária em que estão alojados, com estrutura física que não corresponde ao nível de comprometimento dos profissionais que ali trabalham, até porque lá nós vimos que os brinquedos para acolhimento das crianças e a tinta que pintou as paredes daquela delegacia foram custeadas pelos próprios servidores. Nós achamos que esse nível de comprometimento não tem sido reconhecido à altura da importância que representa um órgão de proteção de crianças e adolescentes.

Estivemos também num setor no IML onde nós vimos que não há atendimento específico, não há atendimento humanizado para crianças e adolescentes. Há uma demora que não se justifica. Nós ali vimos casos de pessoas que estão esperando um laudo há tanto tempo, para que o processo possa andar, para que se tenha um nível não apenas de responsabilização, mas também um nível de atendimento, para que crianças e adolescentes voltem a ser crianças e adolescentes, para que o País não ache que é natural, que é normal que nós tenhamos infâncias roubadas, usurpadas, como temos no dia de hoje.

Portanto, nós estamos aqui com o objetivo de fazer e elaborar um diagnóstico de toda essa complexidade, não apenas o diagnóstico, eu repito, dos casos e da incidência da situação de exploração sexual, mas o diagnóstico da estrutura do Estado, dos planos de funcionamento, das políticas públicas, do nível de responsabilização, para que nós possamos inclusive dotar o Brasil das condições



necessárias para fazer o enfrentamento de novos fenômenos, que não puderam ser abordados pela CPI Mista que se teve no Congresso Nacional.

Eu estou falando do nível de mobilidade e de relação que se tem hoje nas fronteiras, que não tínhamos há 6, 7 anos. Nós estamos falando do impacto das grandes obras, inclusive obras para o modelo de desenvolvimento do Brasil, obras relacionadas com o PAC. Uma obra como Jirau, em Rondônia, coloca 25 mil homens sem qualquer tipo de vínculo numa sociedade onde existem mais de 200 redes de exploração sexual — mais de 200 redes de exploração sexual! Esse é um dos negócios mais lucrativos num País em que a Polícia Rodoviária Federal resgatou mais de 3 mil meninos e meninas, crianças e adolescentes, em 7 anos de mapeamento e de função cidadã da Polícia Rodoviária Federal — estamos muito felizes de ela estar conosco nesta construção. Foram resgatados mais de 3 mil meninas e meninos. E nós dizemos que muitos desses meninos e meninas foram resgatados num ano e resgatados de novo no ano seguinte, o que indica que não há uma política de interrupção que possa interromper essa situação.

Portanto, estamos falando deste País, que está com grandes obras. Em Belo Monte nós vamos ter mais de 100 mil. Aqui no Estado nós temos grandes obras, e é preciso termos o cuidado de proteger as nossas crianças e os nossos adolescentes inclusive dos equipamentos públicos. Nós pensamos que as licenças, que são socioambientais, não podem ser só licenças ambientais. Elas têm que ser licenças que nos deem a segurança de que no fim das obras não teremos um aumento de 200% no nível de estupros, como tivemos em Rondônia; que não teremos um aumento do número de gravidez precoce, como também tivemos em Rondônia, com as duas hidrelétricas. Então temos o fato das grandes obras, que precisam ter, para que possam se instalar, uma licença socioambiental onde haja o recorte de crianças e adolescentes.

Nós também vamos ter os eventos, as Copas. Precisamos preparar o Brasil para a Copa. E preparar o Brasil para a Copa não é só dotá-lo de estádios modernos, ou de aeroportos modernos, ou de infraestrutura hoteleira; é também proteger as nossas crianças e os nossos adolescentes do turismo sexual, porque senão não estaremos preparando o Brasil para a Copa.



Por isso penso que, nas discussões fundamentais dos comitês e dos responsáveis, em cada unidade da Federação, pela organização dos eventos relacionados à Copa, nós devemos ter as medidas de fortalecimento de Conselhos Tutelares, de fortalecimento de equipamentos, de fortalecimento de estruturas, para que nós possamos proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

Portanto temos situações que não puderam ser contempladas pela existência da CPI Mista que aconteceu no Congresso Nacional, e nós temos a oportunidade, porque generosa é a vida, de lidar com elas e fazer com que o País possa enfrentá-las.

Por fim, quero dizer que nós hoje estamos tentando. E é bom que tenhamos aqui conosco o Secretário Stênio Pimentel, porque nós queremos uma reunião com a Governadora, para que possamos levar o que vimos aqui, para que nós possamos discutir as medidas que achamos que são absolutamente urgentes e emergenciais. Parece-me que já foi marcada para amanhã de manhã. Acho que é muito importante que nós possamos conversar, porque queremos discutir o orçamento, queremos discutir o que nós vimos aqui dos equipamentos públicos, a necessidade de um esforço de todo o Estado, nas suas mais variadas esferas de atuação, e também da própria sociedade civil, da família, como diz o nosso Estatuto, para que nós possamos fazer valer as nossas crianças e adolescentes.

Eu vou encerrar apenas lembrando o que diz Betinho: quando a gente não consegue ver mais numa criança uma criança é porque ela foi vítima de tantas violações, que a gente só consegue ver o que fizeram com ela, não a consegue ver, ela está invisibilizada.

Nós estamos nesta CPI e numa militância que envolve as pessoas que aqui estão, neste auditório, para fazer com que nós nunca deixemos de ver numa criança uma criança, para que nunca deixemos de ver num adolescente um adolescente, para que nós não façamos a apartação, essa desumanização simbólica. Porque, quando uma criança é vítima de violência sexual, antes disso ela foi simbolicamente desumanizada, foi simbolicamente retirada dela a condição humana, que é tão mágica, tão única, que nos faz seres que podem fazer da vida um instrumento constante de mudança e nos dá tantas peculiaridades. O ser humano é o único ser que consegue dialogar com o Divino, com Deus; é o único ser que consegue



transformar; é o único ser que tem consciência da sua finitude na Terra e que consegue fazer a transcendência que nos faz apenas seres humanos.

Por isso nós estamos aqui, com muita alegria por estarmos numa bela cidade, mas que precisa ser bela em todos os aspectos de respeito às crianças e aos adolescentes.

Eu vou passar a palavra, por um prazo de 10 minutos, para cada um dos que compõem a Mesa, também para os que compõem a Mesa mas não estão sentados à mesa. Nós temos ao todo por volta de 13 pessoas que farão uso da palavra por um prazo de 10 minutos. Em seguida nós vamos passar para a Relatora, Deputada Liliam Sá, que vai fazer os questionamentos que achar necessários para que possa ter elementos suficientes para a construção do seu relatório. Em seguida vamos abrir para os depoimentos, como já foi falado pela Deputada Fátima Bezerra, por um período de 3 minutos para cada uma das pessoas que quiserem fazer os seus respectivos depoimentos. E depois nós passamos de novo para a Relatora, para que ela possa fazer as suas considerações, e para algum componente da Mesa que queira fazer uso da palavra.

Em razão do tempo, eu não vou repetir os encaminhamentos que aqui já foram feitos pela Deputada Fátima Bezerra, que, eu queria dizer, foi quem nos possibilitou nossa vinda aqui. Nós estamos aqui por causa da Deputada Fátima Bezerra, que é uma das Deputadas mais atuantes no Congresso Nacional. A gente agradece ao Rio Grande do Norte por ter-nos possibilitado a convivência e a construção diária através de mandato parlamentar com a Deputada Fátima Bezerra, uma construção diária da democracia e da lógica republicana que ela desenvolve dentro da Câmara, e a oportunidade que nós temos de conviver com ela como membro da CPI. A Deputada Fátima é um dos membros da CPI mais atuantes, que mais contribui e que possibilitou, através de requerimento de sua autoria, que nós estivéssemos aqui no dia de hoje. Portanto, a iniciativa do requerimento que trouxe a CPI para Natal, Rio Grande do Norte, o Requerimento nº 39, de 2012, é da Deputada Fátima Bezerra. Então aproveitamos para agradecer ao Rio Grande do Norte a oportunidade de termos uma Deputada que nos faz pensar, refletir e ter fé na vida, como a Deputada Fátima Bezerra.



Então nós vamos proceder desta forma: 10 minutos para cada um dos componentes da Mesa, os que aqui estão e os que estão nas primeiras filas; em seguida vamos passar para a Relatora; vamos passar para os depoimentos; e, depois, passamos novamente para a Relatora.

A Relatora, Deputada Liliam Sá, também terá a oportunidade de utilizar a palavra no momento que achar necessário, porque em verdade é ela que vai concentrar, através do seu parecer, todas as impressões, todas as discussões e reflexões que estamos fazendo nesta audiência e em todas as diligências e audiências.

Eu vou passar a palavra para a Deputada Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos e a todas. Eu queria cumprimentar a Mesa, as autoridades presentes, Deputados, Vereadores, Secretários, componentes também do Judiciário, do Ministério Público. Eu estou vendo muitos jovens também presentes. Eu gostaria de ouvir os jovens que quiserem participar. Já que a CPI é relacionada à criança e ao adolescente, que também os jovens possam participar, fazendo suas perguntas, e, se tiverem algum relato ou quiserem fazer algum tipo de denúncia, que possam se inscrever. Se você tiver algum problema em se identificar, pode também escrever e passar a sua pergunta para a Mesa, está bem? Era isso o que eu queria passar para vocês. Já que vocês estão aqui, é importante ouvir os jovens nesta audiência.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós estamos franqueando a palavra para que um representante dos jovens que estão aqui possa fazer uso da palavra, compondo também a Mesa, se assim vocês desejarem. De toda sorte, nós vamos ter também uma fase de depoimentos em que nós podemos colher informações. E como disse a Deputada Liliam, acatando a sugestão da Deputada Liliam, os jovens que quiserem fazer suas considerações por escrito podem fazê-lo também, inclusive sem identificação.

Então vamos dar início à nossa discussão do dia de hoje.

Eu começo passando a palavra para o Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte (SEJUC), representante aqui nesta audiência



pública da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, o Sr. Stênio Pimentel França Santos.

Obrigada pela presença. V.Exa. tem 10 minutos.

O SR. STÊNIO PIMENTEL FRANÇA SANTOS - Boa tarde a todos. Saúdo a Mesa em nome da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte. Eu gostaria apenas de justificar a ausência dela, devida a compromissos anteriormente assumidos, e de dizer também que vim aqui em respeito às nobres colegas Deputados e ao tema, de fundamental importância para o nosso Estado, apesar de estar assumindo a Secretaria da Justiça hoje pela manhã, por volta das 11 horas. E, como a Deputada confirmou aqui, amanhã nós da SEJUC estaremos juntos com vocês no gabinete da Governadora, para colocar à disposição de vocês todos os dados e projetos por nós realizados.

Mas eu queria deixar uma palavra inicial. Por ser oriundo da Polícia Civil — eu sou delegado de Polícia Civil aqui há 16 anos —, e em razão do tema também, por ter trabalhado diretamente com isso, nós temos, apesar de todas as dificuldades que as nossas delegacias de Polícia têm, nós temos projetos elaborados lá em tramitação para que essa situação que as delegacias enfrentam seja melhorada, inclusive com a perspectiva de criação de novas delegacias de combate à violência sexual.

Nós sabemos que este é um tema, apesar de antigo, que só agora está com essa força toda. Sabemos também que, para que a gente possa efetivamente dar vazão a essa demanda, precisamos de uma reforma urgente na nossa legislação. Apesar de termos o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal brasileiro, é preciso atualizarmos essa nossa legislação, sobretudo no que diz respeito à exploração na Internet. Nós precisamos definir o que é pedofilia infantil, que não definimos ainda, precisamos tipificar alguns tipos, tais como descaracterização de imagens — nos países desenvolvidos, em alguns países, alguns acusados de crime de exploração sexual têm usado o pretexto de que aquela imagem do adolescente não é uma imagem real, e sim mera... Isso também precisa ser modificado na nossa legislação.

Outro aspecto que tem que ser levado em consideração é que não basta só a punição, nós temos que nos preocupar também com o acolhimento dessa vítima.



Não conhecemos ainda, pelo menos não eu, que estou assumindo agora, projetos nesse sentido, de as vítimas de... Apesar de nós termos na nossa Secretaria um programa de proteção à testemunha, ela também pode ser vítima. Então nós temos que intensificar nossas ações nesse sentido.

Neste momento eu não tenho como colocar mais detalhes, que serão colocados amanhã, em razão de ter assumido o cargo exatamente hoje, às 11 horas da manhã.

Peço desculpas, mas estamos aqui em nome da Governadora para colaborar com o que a Comissão Parlamentar entender necessário.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Stênio. É um prazer tê-lo aqui conosco.

Eu gostaria de passar neste momento a palavra à Deputada Estadual Presidenta da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Deputada Márcia Maia. Nós tivemos o prazer de contar com ela nas diligências que foram realizadas no dia de hoje.

A SRA. MÁRCIA MAIA - Boa tarde a todas. Boa tarde a todos. Eu não esperava falar logo agora, Deputada, mas é um prazer estar aqui neste momento, embora com tristeza, porque estamos aqui para enfrentar uma grande mazela social, que é a questão da exploração, do abuso, da violência sexual contra criança e adolescente.

Eu queria cumprimentar toda a Mesa na pessoa da Presidente da CPI, Deputada Erika, que está conduzindo os trabalhos, e também de cumprimentar a Deputada Liliam e a Deputada Federal Fátima Bezerra. Na pessoa das três eu quero cumprimentar a todos da Mesa. Muitos dos que estão na Mesa fizeram parte das visitas que nós fizemos hoje pela manhã.

Nós começamos pelo Ministério Público. Ouvimos um diagnóstico da situação do Estado por parte do próprio Procurador, Dr. Onofre, que nos recebeu de forma calorosa e nos passou todas as suas preocupações e todo um diagnóstico da situação do Estado com relação a esta temática. Depois fomos à Delegacia da Criança e do Adolescente, onde recebemos as estatísticas, em mãos, dos dados referentes a 2011 e até abril de 2012. Embora o delegado não estivesse presente,



porque estava num outro compromisso, toda a equipe nos deu assistência, e nós fizemos, então, a visita à Delegacia. Após a visita à Delegacia, a equipe, a comitiva, a comissão foi ao ITEP também, quando teve oportunidade de ver com os próprios olhos a estrutura precária do ITEP — eu acho que faltou até um representante do ITEP para receber. Eu não pude acompanhar a visita ao ITEP.

Quero cumprimentar todos os que aqui estão: a Vereadora Júlia Arruda, que está aqui representando a Frente Parlamentar no âmbito do Legislativo Municipal de Natal; também o Deputado Fernando Mineiro, que aqui está; o Deputado Gustavo Fernandes, que esteve por aqui também; todos os atores envolvidos com esta temática; todos os Conselheiros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente aqui do Estado do Rio Grande do Norte, o CONSECO, que também esteve presente, Padre Murilo, em todas as visitas.

Quero dizer que este é um assunto que já vem sendo tratado, Deputado Mineiro, num seminário que nós tivemos aqui na Assembleia. O Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes propôs um seminário, teve a iniciativa de fazer um seminário onde nós abordamos a questão da sexualidade, da violência, do abuso, com a Casa Renascer à frente de todo o seminário, onde representantes como o Gilson, do Projeto ViraVida, estiveram presentes também.

Este é um assunto que nos preocupa bastante, é um assunto que está na pauta de discussão do Brasil, do País, Deputada Érika. Nós tivemos aí recentemente o depoimento forte de uma apresentadora de televisão, e tivemos o assunto em rede nacional também, numa matéria bastante abordada no *Profissão Repórter*, com cenas bastante chocantes. Portanto este é um assunto que preocupa a Frente, sobretudo a questão relacionada ao orçamento.

Nós já falamos isso pela manhã. É necessário, para que a gente possa ter políticas públicas de enfrentamento a essa questão, Sayonara, que nós tenhamos orçamento. Nós tivemos uma dificuldade imensa no ano passado. A Frente promoveu um encontro — o Deputado Mineiro foi o palestrante da questão orçamentária. Nós discutimos com o CONSECO, Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, a questão orçamentária para o ano de 2012, a questão do PPA também, para os 4 anos, que era importante. E nós tivemos, em vez de um ganho



no orçamento, uma redução no orçamento para as principais políticas públicas do Estado do Rio Grande do Norte. Tivemos redução na área da assistência social, tivemos redução no orçamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, tivemos redução em diversas políticas públicas que são políticas fins, importantes para o cidadão. Esta discussão agora chegou em boa hora, já que nós vamos ter a LDO e nós vamos ter também o Orçamento para 2013. É necessário que nós possamos discutir as políticas de enfrentamento, colocando as ações específicas no orçamento do Estado do Rio Grande do Norte. A Frente se propõe a fazer isso. E quero dizer que é importante também que nós possamos ter uma estrutura para o enfrentamento desse problema.

Nós temos uma preocupação grande de discutir a questão do turismo. Nós vamos sediar a Copa de 2014. Assim que nós assumimos a Frente neste atual mandato, nós fizemos uma audiência pública aqui, chamando todos os atores — sociedade, Estado, Município —, para discutir o que podemos fazer para não deixar que o turismo, que vai crescer muito com evento de grande porte como é a Copa 2014, chegue até o Rio Grande do Norte e aqui deixe sequelas que marcarão a vida de crianças e adolescentes, de famílias do Rio Grande do Norte.

Nós queremos o turismo, sim, mas o turismo sustentável. Esperamos, então, que o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do qual fazemos parte, possa tratar permanentemente essa questão, para que possamos evitar uma situação muito pior de exploração sexual contra criança e adolescente aqui no Rio Grande do Norte.

A Frente está à disposição, e eu que quero nesta audiência pública, Deputada Erika, Deputada Liliam, ouvir. Eu acho que é importante a gente escutar. A Frente está à disposição para debater, para cobrar, para discutir, para ir à Governadora, para fazer os pronunciamentos que forem necessários, para promover a discussão, para colocar a criança e o adolescente como prioridade nos nossos debates aqui dentro da Casa. Nós estamos à disposição para fazer isso e nós estamos fazendo isso, mas queremos, acima de tudo, ouvir aqui nesta audiência pública.

Essa é a nossa palavra. Dou as boas-vindas, mais uma vez, às Deputadas, a Deputada Liliam e a Deputada Erika, e parabênzo também a Deputada Fátima Bezerra por ter promovido, por ter tido a iniciativa de convidar a Comissão



Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal para trazer esta temática para discussão aqui.

Muito obrigada. Sucesso a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputada Márcia Maia.

Eu vou passar em seguida a palavra para a Relatora. Mas antes eu gostaria de chamar para compor a Mesa a nossa Deputada Federal Sandra Rosado, que é do PSB aqui do Rio Grande do Norte. É um prazer tê-la aqui conosco também e convidá-la para compor a Mesa.

Vou pedir à Márcia que possa ficar lá, porque a Relatora gostaria de fazer algumas indagações.

Então passo a palavra para a Deputada Liliam Sá, para fazer algumas indagações.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deputada Sandra Rosado, seja bem-vinda.

Deputada Márcia Maia, eu me sinto muito honrada de conhecê-la. Parabenizo-a pelo seu trabalho. Sei que você faz um trabalho maravilhoso e é um braço nesta luta pela criança e pelo adolescente, um dos nossos braços, aqui em Natal. Eu no Rio, a Erika em Brasília, e você aqui nesta luta conosco.

Eu quero saber quanto foi cortado do orçamento. Você falou em redução, e hoje pela manhã também se falou em redução. Eu gostaria de saber qual era o orçamento antes. Foi no Governo passado, ou foi neste mesmo Governo? Quanto foi reduzido? Esse corte foi agora, foi no ano passado...?

A SRA. MÁRCIA MAIA - Do ano passado para este ano. O orçamento foi reduzido em várias áreas. Porque a gente tem também que saber...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ah, foi em várias áreas.

A SRA. MÁRCIA MAIA - Foi em várias áreas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não foi só na área da criança e do adolescente, não.

A SRA. MÁRCIA MAIA - Não, não. Criança e adolescente, a questão do CONSEC... Aqui está o Presidente do Conselho, Padre Murilo. Houve uma redução



no orçamento do Conselho, que é o responsável por fazer o controle social: 84% de corte no CONSEC, no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É muita coisa.

A SRA. MÁRCIA MAIA - Nós colocamos inclusive uma emenda, de 200 mil, Deputada Liliam, Deputada Sandra Rosado, que está agora compondo a Mesa e é do nosso partido — seja muito bem-vinda.

Mas eu queria dizer à Liliam que nós inclusive encaminhamos para o CONSEC, depois de conversar com os Conselheiros e com o Presidente do CONSEC, como sabíamos que ia haver essa redução, uma emenda parlamentar para o CONSEC, para que não houvesse tanto prejuízo, digamos assim, com relação ao funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Mas houve corte também na FUNDAC — o Deputado Mineiro pode falar muito bem sobre isso —, houve corte na Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, houve corte na Secretaria da Saúde também, houve corte na Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Vários cortes, várias reduções foram feitas no orçamento.

Mas o que nos chamou a atenção, Deputada Liliam, foi cortarem em áreas importantes como esta. É realmente algo de revoltar, digamos assim, é revoltante para todos, porque essas são áreas em que já se trabalha com escassez de recursos. Como cortar, como reduzir, principalmente o orçamento do Conselho, mais de 80%, um órgão que faz o controle social?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É muita coisa.

A SRA. MÁRCIA MAIA - Então eram essas as questões. E eu queria dizer também que nós tentamos colocar algumas emendas, o Deputado Mineiro também, e vários outros Deputados aqui da Assembleia. Mas não há como a gente repor aquilo que foi cortado, não há como repor com as nossas emendas parlamentares, não há condições, absolutamente. Até porque os cortes foram de 20%, de 50%, de 80%. Então não há como repor. Quero lembrar que, com esses cortes, as emendas nós colocamos também para capacitação dos Conselhos Tutelares, lembrando a importância dos Conselhos Tutelares durante todo o processo de resgate da cidadania das nossas crianças e adolescentes. Lembramos também a importância



dos CREAS, que têm que ter capacitação específica para o tratamento dessa questão, que é complexa, da exploração sexual, da violência sexual contra crianças e adolescentes. E lembramos, mais uma vez, que é necessária uma estruturação melhor da delegacia e também a ampliação das delegacias da criança e do adolescente aqui no Estado do Rio Grande do Norte.

Eu acho que era isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputada Márcia Maia.

Eu vou anunciar as pessoas que ainda vão fazer uso da palavra e que não estão aqui por falta de espaço. Eu gostaria de dizer que nós vamos conceder a palavra à Dra. Adriana Lira da Luz Melo, que está aqui... Está aqui, ou não? (*Pausa.*)

O Fábio Henrique Lima de Almeida está aqui? (*Pausa.*)

Raimunda Cadó? (*Pausa.*)

O Pastor Eudes Cabral Figueiredo está aqui.

Marinalva Cardoso também está aqui.

Nós vamos também, para além dos que nós já anunciamos, disponibilizar um tempo para a fala da Marinalva Cardoso e do Pastor Eudes.

Leonardo Cavalcante de Araújo Mello está aqui também. Então também para o Leonardo Cavalcante de Araújo Mello. Para a Marinalva, o Pastor Eudes e o Leonardo Cavalcante, que é colaborador do Núcleo de Estudos Socioculturais da Infância e Adolescência da UFRN.

Eu passo a palavra neste momento, até para que nós possamos continuar discutindo a questão orçamentária, para o Padre Murilo de Paiva, que é Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aqui do Estado.

O SR. ANTONIO MURILO DE PAIVA - Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar a Mesa, na pessoa da Deputada Erika Kokay, e os demais presentes.

Nós fizemos um documento que estamos entregando à Frente e às Parlamentares. Eu penso que esse ponto do orçamento é fundamental, mas eu preferiria ler o documento, para não ficar a sensação de trabalho perdido do grupo que se encontrou. É breve e acho que vale a pena, para termos uma visão geral.



O Senador Paulo Davim está aqui presente também. Agradeço a sua presença.

“O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONSEC, em conjunto com o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, em decorrência da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, torna pública a situação crítica vivenciada pelas crianças e adolescentes potiguaras, os cidadãos e as cidadãs credores de direito que, de modo geral, padecem da ineficiência e/ou inoperância do Sistema de Garantia de Direitos no estado do Rio Grande do Norte. No caos instalado, destacam-se situações críticas, especialmente relativas à exploração sexual de crianças e adolescentes, em que pesem restrições orçamentárias, desmonte da política social.

Considerando que o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes teve sua deliberação no ano de 2004 e avaliação no ano de 2009, decorridos 08 anos, requer dotação orçamentária específica para sua implementação no tocante à execução das metas, objetivos e ações.

Em consonância com análises de contexto, discussões e monitoramento da política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no estado do Rio Grande do Norte, apresentamos destaques do resultado da avaliação do referido Plano Estadual, como também as principais demandas da sociedade em relação à qualificação dessa política.”

Alguns destaques:

“1. Ausência de recurso específico para a implementação das ações do Plano nas peças orçamentárias;



2. *Muitas ações foram desenvolvidas, organizações sociais e empresas desenvolveram iniciativas fundamentais, porém a visualização do impacto no sentido de mudança de cultura de violência não foi identificada, sendo avaliadas aquelas como ações pontuais e que são complementares à política social, não podendo ser compreendidas como ações de política pública;*

3. *As ações dos seis eixos do Plano...*”

Só para recordar, os seis eixos são: análise da situação, atendimento a esse grupo de pessoas, defesa e responsabilização das pessoas ou instituições, política de prevenção, mobilização e articulação entre Estado e sociedade, Governo, e o protagonismo infantojuvenil — isto é importante destacar, para não ficarmos perdidos aqui.

“... em alguns momentos se complementam, mas isso não se dá de forma integrada, gerando a fragmentação e o isolamento das ações, principalmente no que se refere aos eixos da defesa e responsabilização e do atendimento.

4. *Articulação deficitária da Rede de Proteção e Promoção de Defesa da Criança e do Adolescente; ausência de integração entre os atores da Rede; desconhecimento dos papéis de cada instância no fluxo de atendimento da Rede, configurando-se como ausência de formação especializada continuada dos profissionais; ausência de mobilização e articulação dos atores que atuam na área.”*

O primeiro ponto foi o destaque desses quatro pontos. O ponto dois são as principais demandas:

“1. Necessidade de garantia de implementação e monitoramento do Sistema Único da Assistência Social — SUAS” — isso se dá em todos os leques dos entes



federativos —, “para a qualificação da *Proteção Social Básica e Especial*, serviços indispensáveis para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, para garantir o trabalho com crianças e adolescentes e suas famílias, desenvolvendo ações de prevenção à violação de direitos da criança e do adolescente e atendimento psicossocial continuado e especializado aos vitimados e suas famílias, com vistas à ressignificação da violência vivenciada e à possibilidade da construção de projetos de vida emancipadores.”

Aqui a gente quer destacar que as ações complementares, do ponto de vista constitucional, são pontuais e em alguns Municípios, e que no Estado a gente tem enfrentado redução em vez de crescimento dessa ação, que é muito importante como corroboradora das ações governamentais.

“A realidade no estado apresenta uma grande lacuna entre a denúncia realizada” — pela sociedade — “e o acompanhamento especializado às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual.”

Vamos aos dados, que são muito importantes:

“No RN há 52 municípios com Centro de Referência Especializado da Assistência Social — CREAS implantado e em fase de implantação, que se apresentam como o principal programa de atendimento direto a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Porém, estes apresentam grandes fragilidades na execução do atendimento psicossocial continuado, no que se refere à dimensão técnico-operativa e ético-política, à rotatividade constante das equipes, assim como à estruturação dos serviços para a qualificação do atendimento.”



Isto aqui é fundamental. Se isto aqui não funciona, a gente tem já uma derrota no meio do caminho.

“2. Reordenamento e qualificação da estrutura policial e de perícias para atender os casos de crimes praticados contra a criança e o adolescente, investigar as redes de exploração sexual denunciadas, para o desmonte destas, e garantir celeridade e inteligência, com vistas a romper com a cultura da impunidade no Brasil. A reestruturação da Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DCA) tem recebido um crescente número de denúncias de violação de direitos ano a ano (...).”

Convém a gente colocar uma nota: em 2001, ano de implantação da DCA, receberam-se 276 denúncias. Em 2011, passou-se para 869. E assim vai, num vetor crescente.

“Já em relação ao levantamento da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, baseada no Disque Direitos Humanos — Disque 100, entre 2005 e 2010, o RN é o 17º estado com maior número de registro de exploração sexual, e quando a análise se dá tanto por 100 mil habitantes” — que é a taxa básica que a ONU coloca —, “quanto por 5.000 habitantes, o RN sobe no ranking de registros de exploração sexual para o 3º lugar no Brasil. Em relação às capitais, Natal é a 3ª por 100 mil habitantes, que mais registrou exploração sexual no Disque 100.”

Vejam os senhores que a situação não é fácil.

“Há demanda de ampliação de delegacias regionalizadas” — e nós, no CONSEC, já aprovamos e já enviamos ao Governo do Estado essa solicitação de ampliação, e até agora não recebemos nenhuma resposta —, “alcançando municípios-polos como Mossoró, Caicó e a região



metropolitana, preferencialmente em Parnamirim, pelo índice de denúncias realizadas.

3. É imprescindível” — e aí a Comissão, que hoje visitou, vai atestar o que a gente vai dizer agora — “a reestruturação do ITEP, visando à qualificação da sua equipe para um atendimento apropriado às crianças e adolescentes, com espaço físico adequado, que garanta a privacidade e não revitimização do atendimento, nos exames do corpo de delito, de conjunção carnal, e avaliação psicológica.

4. Importa ainda explicitar nesse cenário o resultado do levantamento de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescente realizado pela Polícia Rodoviária Federal, entre 2009 e 2010, que insere o RN no nível crítico quanto ao risco da exploração sexual, ficando em 6º lugar no ranking brasileiro.

O que as demais instâncias de defesa e responsabilização da infância e juventude têm realizado diante dessa perversa fotografia do RN em situação de violação de direitos? São urgentes ações de fiscalização a partir de levantamentos dessa natureza.

5. Necessidade de elaborar uma política de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente que garanta a proteção integral, articulando serviços, programas e ações das diferentes políticas voltadas para esse público, como assistência social, saúde, educação, esporte, lazer, cultura, turismo, segurança, trabalho e geração de renda.”

Neste ponto, conclamamos todos os secretários de Estado dessas áreas a colocarem nos seus planos para os próximos 10 anos políticas, ou quadros, ou programas que atendam a isso que nós reivindicamos.



“Considerando as desigualdades socioeconômicas como uma das causas da exploração sexual de crianças e adolescentes, é fundamental a implantação de políticas de profissionalização, geração de trabalho e renda para adolescentes. Que essas políticas dialoguem para garantir a promoção e a proteção da criança e do adolescente, desconstruindo a perspectiva de serviços e programas fragmentados.”

Vamos passar para o outro ponto, o ponto seis. Estava em voga a questão do orçamento. O orçamento atesta se o Estatuto da Criança e do Adolescente está sendo aplicado efetivamente no Estado, pois o Estatuto estabelece que criança e adolescente são prioridade absoluta em todas as políticas públicas referentes a essa faixa etária.

“6. Prioridade para a criança e o adolescente no orçamento público. Que o Plano Plurianual — PPA garanta orçamento suficiente para qualificação e execução das políticas sociais, e que também seja orçado recurso para o monitoramento do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (VSCA), visto que o orçamento é condição indispensável para a execução da política.”

E aqui vêm os dados. Aqui mesmo, no ano passado, nós discutimos bastante isso, exaustivamente. No final, tivemos como resultado esse corte drástico no orçamento do CONSEC.

“Não há orçamento específico para execução das diretrizes do Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Assim como o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente teve sua proposta orçamentária de PPA, de R\$6.440.000,00, reduzida para R\$2.700.000,00, resultando em R\$3.740.000,00. Em relação ao Orçamento de 2012, que seria o valor de R\$935.000,00, resultou em



R\$150.000,00,” — só dá para manter a sede — “com corte de aproximadamente 84%, o que engessa o controle social e impossibilita a garantia de direitos no que diz respeito à prioridade absoluta de crianças e adolescentes. Exemplo emblemático da destinação dos recursos que, de modo geral, é assegurada às crianças e adolescentes potiguares.”

Isso, para mim, é estarrecedor, porque em obras de infraestrutura praticamente não há cortes.

“7. Necessidade de estruturação e formação técnica e política continuada para os conselheiros tutelares (...)”

Queremos ressaltar que, este ano, vai haver uma emenda da Deputada Federal Fátima Bezerra para equipar com automóvel e um *kit* com computador, impressora etc. e tal conselhos tutelares de 70 Municípios. Nós sugerimos ao Governo do Estado que completasse em relação aos outros Municípios, dotando cada Município de pelo menos um veículo para atender os conselhos tutelares.

Não dá para ser conselheiro tutelar atendendo em cima de uma bicicleta ou no lombo de um jumento — perdoem-me! Então, se queremos que os conselhos tutelares funcionem, eles precisam ter estrutura. Precisam de sede, equipamentos, pessoal, instrumentos. Se não tiverem... Todos os Municípios do Estado têm conselho tutelar. Mas se formos avaliar, efetivamente, o seu trabalho, a sua ação, vamos ver que o Disque-Denúncia não é levado a cabo porque falta verdadeiramente toda a parte de logística a esses conselhos.

“8. Reconhecer e promover os direitos sexuais de crianças e adolescentes enquanto direitos humanos, rompendo com políticas de perspectiva moralista e compreendendo os diversos contextos da exploração sexual de crianças e adolescentes.”

Por fim, queremos dizer que este momento, esta audiência é fundamental para que o Governo do Estado, para que os governos municipais, para que os Legislativos municipais e este Legislativo Estadual, para que as Prefeituras Municipais, as instituições sociais, o movimento social e popular, as entidades civis e



os homens e mulheres deste Estado, todos possamos dar as mãos e verdadeiramente trabalhar para enfrentar o problema.

Sabemos, nas cidades, onde estão os bolsões, onde está o núcleo de exploração sexual. Nas cidades, todo mundo sabe onde é o lugar; sabe, inclusive, quem são os agenciadores, mas às vezes todos ficamos imobilizados diante da falta de condições.

Eu espero que este momento não seja mais uma perda de tempo para nós; ao contrário, que seja o momento efetivo de podermos continuar a dar as mãos e acreditar que é possível vencer essa praga.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer a participação ao Padre Murilo de Paiva, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aqui do Estado.

Nós recebemos aqui três perguntas dos adolescentes. Antes de lê-las, eu gostaria de chamar, para compor a Mesa, o Senador, pelo PV, Paulo Davim. É um prazer tê-lo aqui. (*Palmas.*) E é um prazer contar com V.Exa. à Mesa. (*Pausa.*)

Eu passo à leitura das perguntas que chegaram à Mesa. Vou passar, em seguida, a palavra para o Promotor de Justiça, para que possa respondê-las; e, logo depois, para o Delegado Correia Júnior.

Primeira pergunta: *“Sou um caso de violência sexual infantil. Isso foi dos 6 anos até os 7 anos. Já tenho 19 anos. Quero saber o que ainda pode ser feito; se o meu agressor ainda pode responder judicialmente.”*

Lembro que, recentemente, nós aprovamos, no Congresso Nacional, a lei que ficou conhecida como Lei Joanna Maranhão, que estabelece que o prazo de prescrição de crimes sexuais contra crianças e adolescentes começa a contar a partir dos 18 anos. Recentemente, aprovamos na Câmara esse projeto.

A outra pergunta: *“Uma garota, amiga minha, foi abusada sexualmente este ano, durante a Semana Santa. Ela fez todo o procedimento de denúncia, mas nem houve amparo a ela e nenhuma punição ao elemento que causou tal problema na vida dessa garota, que só tem 15 anos de idade. Eu gostaria de saber como se porta a Comissão diante deste caso de impunidade e falta de amparo à vítima. João Rodrigues Neto, Instituto Ponte da Vida.”*



Outro questionamento aqui feito: *“Neste momento, o Governo do Estado não tem um representante que possa falar de políticas públicas ou de programas que possam combater a exploração sexual. Qual o comprometimento, portanto, com essa temática?”*

Eu só queria informar que amanhã, às 11 horas, nós estaremos, inclusive com os resultados desta audiência pública, em reunião com a Governadora do Estado, quando faremos os questionamentos necessários. Gostaríamos de escutar da Governadora que teremos todas as condições, inclusive orçamentárias, necessárias para fazermos o enfrentamento da exploração e do turismo sexual de crianças e adolescentes.

Eu passo a palavra, neste momento, para o Promotor de Justiça Marconi Antas Falcone de Melo, que aqui representa o Dr. Manoel Onofre Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Eu apenas queria reafirmar o que aqui já foi falado sobre a acolhida absolutamente fundamental que tivemos hoje por parte do Procurador-Geral de Justiça Manoel Onofre Neto. Fazemos nossos agradecimentos, de forma pública, em nome da CPI.

Passo a palavra, portanto, ao Promotor de Justiça Marconi Falcone de Melo, que representa o Dr. Manoel Onofre Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. MARACONI ANTAS FALCONE DE MELO - Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Erika, a Deputada Liliam Sá e a Deputada Fátima Bezerra, parabenizando-as por esta audiência pública da CPI. É importante esta reunião aqui hoje para debatermos os temas.

Sempre que falo, procuro trazer a realidade e não simplesmente dizer que tudo está às mil maravilhas, quando todos nós sabemos que não está.

De toda forma, nós, no Ministério Público — falo pelo Ministério Público; o Dr. Correia vai falar sobre a delegacia —, tivemos um avanço, Deputada, nestes últimos anos. Havia apenas o Dr. Onofre como Promotor da Infância nesta área de exploração sexual. Hoje somos eu e ele. Somos dois promotores. É recente essa mudança. Então, haverá dois membros para atuar nesta área no âmbito do Ministério Público.



No âmbito do SUAS também foi criada — parablenzo o Dr. Onofre por isso — mais uma promotoria na área de políticas públicas, para entrar com as ações civis públicas nesse ponto.

Eu queria destacar quão importante é a audiência pública que está acontecendo na Câmara Municipal, no momento, em que se discute a famigerada Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, em que alguns Deputados e Senadores — eu já obtive a informação, pelo Presidente da nossa Associação, de que a Deputada Fátima está do nosso lado — tentam tirar a capacidade de o membro do Ministério Público investigar criminalmente, quando necessário. Ou seja, não haverá mais investigação sobre corrupção no Brasil, crimes de colarinho branco — o resultado vai ser este. E eu estaria, Deputadas, impossibilitado, no momento, de abrir qualquer procedimento criminal para investigar um caso mais grave de exploração sexual. Eu só poderia denunciar caso o Dr. Correia conseguisse chegar à investigação. Mas como V.Exas. perceberam, na delegacia, o delegado não tem estrutura suficiente para isso. E nós temos alguma estrutura, e podemos usar essa estrutura.

Peço o apoio das demais Deputadas aqui presentes para que, no Congresso Nacional, batalhem pelo povo brasileiro e impeçam essa lei da mordaza que estão propondo, impedindo o Ministério Público de fazer o procedimento investigatório criminal nos atos de corrupção. Mas não somente nos atos de corrupção, vai gerar em qualquer processo, inclusive num destes de exploração sexual de que estamos aqui tratando. Que as senhoras sejam as nossas vozes no Congresso Nacional.

Existem aqui duas promotorias da infância e da juventude na área de exploração sexual e uma promotoria na área de políticas públicas. Basicamente, toda semana realizamos três audiências — falando popularmente — sobre pedofilia, em que padrastos, pais e vizinhos exploram sexualmente crianças e adolescentes.

O meu foco, na minha fala, está sendo a exploração sexual infanto-juvenil. Entendo que é este também o foco da CPI.

Essa nossa atuação tem gerado denúncias, prisões preventivas, condenações, só que ainda bastante insuficientes. Como aqui foi dito pelo Padre, e muito bem dito, houve uma ampliação gigantesca dos casos de denúncia sexual.



Certamente o delegado não vai ter condições de investigar isso sozinho, sem ter uma equipe, sem ter uma equipe de inteligência.

Sendo sincero, Deputada, aqui no nosso Estado — não sei se no Estado da senhora é assim — criança e adolescente não é prioridade absoluta, isso está só na lei, nunca foi, e não é deste Governo, é de todos os Governos que aqui passaram. Eu sou Promotor neste Estado há 10 anos. E, só para citar um exemplo, fala-se de exploração sexual aqui hoje, mas, 15 dias atrás, nós não tínhamos um lugar para internar um adolescente que havia cometido homicídio. Não havia vaga! Tivemos de colocá-lo na rua porque não havia vaga. E a Lei do SINASE diz que, quando não há vaga, espera-se no meio aberto, vai para uma PSA ou a uma LA. A Governadora está sabendo disso, a equipe da FUNDAC, nós estamos esperando um retorno nesse aspecto.

Então, se um caso como esse de homicídio não tem sido prioridade absoluta, imagine um caso da exploração sexual, que é um crime velado, que acontece às escondidas, dentro de quartos escuros. Porque não vai ser nos prostíbulos mais famosos da cidade que isso vai acontecer. Vai acontecer escondido, porque muitas diligências já foram feitas, e hoje isso aí é feito de forma inteligente. Então, se nós não reagirmos de forma inteligente, nós não poderemos continuar investigando com papéis, apenas. Temos de ter interceptações, temos de ter inteligência, temos de ter agentes infiltrados, temos de ter, senhores, o Ministério Público também investigando. E o Congresso não quer — alguns membros — que o Ministério Público investigue mais, penalmente, no Brasil. Infelizmente!

Nós temos na Deputada Fátima, aqui, uma parceira. O nosso Presidente, pelo menos, me informou isso, do Rio Grande do Norte. A parceria da Deputada Fátima vem em nome do povo, não é em nome do Ministério Público. O trabalho que o Ministério Público tem feito no combate à corrupção neste Estado, Excelência e Deputadas que são de fora, é inusitado. As operações que foram deflagradas aqui, nos últimos anos, são dignas de ser copiadas por todo o País — e as Deputadas sabem disso. Então, nós temos de continuar esse trabalho também na exploração sexual.

Em relação à melhoria, o que eu proponho, para não ficar apenas no discurso? Um melhoramento absoluto da DCA. Nós temos de ter... Infelizmente, só



temos uma Delegacia da Criança especializada em todo o Estado. Quer dizer, teoricamente, o Delegado Correia teria de receber, especializadamente, no processo, inquérito policial de qualquer Estado. Porque o Ministério Público não tem, por regra, obrigação de investigar. A obrigação realmente é da Polícia, mas, quando é preciso, nós investigamos e trabalhamos em parceria. Inclusive, nós já trabalhamos em parceria, em inquérito específico, eu e o Delegado, via papel. Nós vamos ainda procurar nos aproximar mais, porque há algumas coisas para consertar. Por exemplo, o controle externo da DCA, Deputada, apesar de eu ter atribuições na área de exploração sexual, não sou eu quem faço, é outro Promotor. Então, quanto a isso, já estamos fazendo alterações internas para resolver, para ter um contato mais próximo com o Delegado. Então, do que precisa o Dr. Correia para fazer um trabalho melhor? Uma DCA equipada, com equipe de TI, Inteligência, estrutura para fazer infiltração, para fazer... Não adianta investigar isso com papel, mandar um ofício para saber se há exploração sexual. Não se investiga mais ninguém assim, as coisas mudaram, isso era de 40 anos atrás; parceria do Ministério Público com essa investigação; não passar a famigerada PEC 37; reuniões periódicas da DCA, Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal.

E eu já me proponho, desde já — nós sabemos que a Superintendência da Polícia Rodoviária está aqui... A nossa Promotoria fica na Avenida Capitão-Mor Gouveia, há pouco mais de 1 ano; e estou aguardando... E vou à Superintendência, se convidado. Qualquer material que vocês tenham para nos passar — eu já vi os relatórios de 2010, 2011 —, nós estamos disponíveis para conversar sobre isso e aprender com vocês. Porque, apesar de 10 anos, estou começando na Capital agora, onde a demanda é muito maior.

O Governo precisa investir mais em segurança pública. Só um exemplo, também, e não é na área da criança e da juventude: enquanto no Estado da Paraíba, nos últimos 4, 6, 8 anos entraram 300, 400, 500 delegados — não sei o número ao certo, mas foi de 300 para cima —, aqui no nosso Estado há delegados, no interior, com 15 delegacias, com 16 delegacias, e ainda fica um policial chefiando essa delegacia, enquanto o delegado não está lá. Por quê? Por que o delegado está faltando? Não! É porque não há delegado suficiente. Aí, agora, saiu uma esmola: foram nomeados 20, 15, 10, não sei! Nós precisamos de um delegado em cada



comarca. Se não houver, não há como ter investigação. O promotor ali não tem como denunciar sem ter investigação. Como é que o Delegado Correia vai poder concluir os 800 inquéritos dele — se são 800, eu não sei ao certo, agora, em 2012 —, sem ter uma equipe, sem ter uma estrutura adequada, sem ter uma equipe de inteligência e servidores especializados nesse crime, para que nós possamos... para ser isso realmente prioridade absoluta?

Na Promotoria, o que já foi feito até o presente momento? Desde que assumi, com o compromisso que sempre tive em cada comarca em que estive, com a minha participação, e substituindo também o Dr. Onofre, nós trabalhamos mensalmente com pauta zero. Não existe na Promotoria nenhuma denúncia pendente. Chegando, em cada mês, todos os processos saem da Promotoria e vão para a instrução, e, no fórum, todas as quintas-feiras, nós fazemos três audiências, em média, de pedofilia; poderiam ser 10, 15 ou 20. Nós vamos depender de mais inquéritos chegarem, de mais investigações chegarem concluídas — e pedimos à CPI que cobre realmente do Governo essa reunião que vai haver, porque nós já tivemos várias reuniões com o Governo e não tivemos a resposta adequada em relação à prioridade absoluta. Nesse ponto, eu espero que vocês, por virem de Brasília, por virem de longe, por virem por uma causa interessante, de que alguém já falou a nível nacional, consigam melhor êxito do que nós aqui, para que consigamos extrair dessa reunião uma pauta séria, uma resposta de algumas delegacias especializadas, delegacias estruturadas para apurar esses crimes; para que o Ministério tenha 15, 20, 30 inquéritos — porque eu estou doido para receber os inquéritos para oferecer as denúncias. Inclusive, estou com a minha assessora aqui, a Georgia, e nós fazemos... Quando nós perdemos, quando o réu é absolvido, nós também recorremos. Às vezes, nós nos convencemos: *“Ah! O réu não tem culpa”*, mas quando o juiz absolve, e a nós sabemos que ele é culpado — na semana passada, nós deixamos de fazer um recurso, entregando, pedindo a condenação em segunda instância —, nós preparamos o recurso.

Quantas denúncias chegarem, nós vamos sair, nem que tenhamos de entrar na noite. Se o Delegado Correia... O compromisso que eu tenho com o Ministério Público é o de que o que chegar na Promotoria não passa, a cota vai ser mensal, vai ser zero. Agora, eu dependo de receber esse material. Eu não posso descobrir os



crimes sexuais que estão acontecendo em todo o Estado do Rio Grande do Norte. Para isso, nós precisamos de uma Polícia Civil estruturada, investigativa e investida de poderes constitucionais, como de fato existe. De fato existe, não! Existe teoricamente, existe na lei, mas não existe na prática.

Eu tenho quanto tempo, Excelência? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. MARCONI ANTAS FALCONE DE MELO - Eu até parablenizo por termos esse tempo para falar, porque isso demonstra a seriedade da CPI. Porque, normalmente, quando a reunião não é séria, nós só temos 2 minutos; hoje tivemos 10, e isso me estimula. Então, eu vou tentar, em 2 minutos, concluir.

O Disque 100. Existem as denúncias. Há muitos trotes — nós temos de evoluir nisso aí também, para filtrar esses trotes, e não sei como é que nós vamos avançar nesse ponto —, mas também chegam muitas denúncias sérias. Nós temos cinco Promotorias, e, por sugestão minha, o Dr. Onofre acatou trazer as cinco Promotorias, todas juntas, e todas as cinco Promotorias de Natal, hoje, vão funcionar no mesmo local. É que a população ficava perdida: era uma na Procuradoria; era uma na Capitão-Mor Gouveia. Todas as cinco Promotorias de Natal da Infância e da Juventude, seja a da área de exploração sexual, seja a de qualquer área, vão funcionar no prédio do CIAD. Todos nós vamos trabalhar vizinhos ao prédio onde ficam internados provisoriamente os adolescentes: à Avenida Capitão-Mor Gouveia, sem numero, praticamente em frente ao trilho de trem, onde fica também a DCA. Não tem número lá, mas é muito fácil. Nós sempre procuramos divulgar esse endereço para a população tomar conhecimento.

Quanto à questão da Copa do Mundo, concordo com as colegas. É muito importante combatermos a exploração sexual para a Copa do Mundo, e não só para a Copa do Mundo, mas para depois da Copa do Mundo. Que isso não seja prioridade apenas para a Copa. Eu já ouvi isso muitas vezes: “*Doutor, o que o senhor vai fazer para a Copa?*”. Eu disse que eu não vou fazer nada para a Copa, o meu trabalho é gradativo. Eu acordo todos os dias e vou para o meu trabalho, cumpro a minha jornada com idealismo. Agora, antes e depois da Copa, eu vou agir com a mesma intensidade. Eu peço aos poderes públicos que, após esta Copa do Mundo, também estejamos na prioridade absoluta. Porque a exploração sexual,



depois da Copa, vai ser maior ainda, porque muita gente vai conhecer o País, vai aumentar o turismo mais ainda. Então, tem de se planejar também para depois da Copa. *(Pausa.)*

Eu acho que eu teria muitos mais pontos, mas há muita gente para falar, muitos discursos importantes para nós ouvirmos.

Eu agradeço a todos pela participação. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Promotor...

O SR. MARCONI ANTAS FALCONE DE MELO - Só um minuto. Teve uma pergunta da questão da idade, não é? Se a pessoa que fez a pergunta... Se alguém aqui é vítima de exploração sexual, eu pediria para, amanhã, já ir lá na Promotoria para nós fazermos o atendimento individualizado e poderemos tomar as providências cabíveis, para não ficarmos discutindo aqui a parte legal, que vai tomar muito o tempo dos senhores. Lá na Capitão-Mor Gouveia.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, portanto, os casos aqui citados, os dois, as pessoas podem ir à Procuradoria para fazer a discussão e ter os procedimentos e encaminhamentos pertinentes.

Vou passar, então, neste momento, a palavra ao Delegado Correia Júnior, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CORREIA JÚNIOR - Boa tarde, senhoras e senhores.

Gostaria, em nome da Presidente desta CPI, a Deputada Erika, de agradecer aos demais presentes aqui da Mesa.

Primeiramente, quero pedir desculpas pela ausência durante a visita à delegacia hoje pela manhã, porque haviam me informado de que essa visita seria na terça-feira, às 10 horas, e eu já tinha um compromisso numa emissora de televisão onde seria dada uma entrevista sobre um assunto específico. E aquilo que não ficou claro na delegacia nós poderemos aqui passar para os demais presentes em relação à nossa delegacia especializada.

Independentemente do que as senhoras e os senhores acharem da grande importância desta audiência pública, eu acho que não existia outra instituição mais



interessada nesta audiência do que a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte.

No último dia 18 de maio, nós tivemos o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e alguns órgãos do Estado até deram interesse em relação a esses fatos, outros não. Só vieram mais a tratar desse assunto em virtude de uma situação de uma apresentadora que veio, sim, falar agora da realidade dos fatos, de que foi vítima de violência sexual, mas isso já vem acontecendo em nosso Estado há muito tempo, não é de agora.

Estou na Polícia Civil há 16 anos e, no último ano, em outubro, eu assumi a Delegacia da Criança e Adolescente, delegacia criada no ano de 2001 para tratar de todos os crimes de abusos sexuais e maus-tratos de crianças e adolescentes dos 167 Municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Isso não existe! Não existe uma situação específica. Isso é pura demagogia! Não existe uma delegacia dar conta de 167 Municípios distribuídos em 65 comarcas no Estado do Rio Grande do Norte. A delegacia, quiçá, está dando conta de atender os casos de Natal e da Grande Natal. Só da cidade de Parnamirim, eu recebo mais de 20, 30 denúncias por semana, com a Promotora solicitando instauração de inquérito policial e de investigações de pessoas que fazem essas denúncias na nossa delegacia.

Então, essa é a primeira situação de que eu queria tratar antes de iniciarmos os nossos assuntos.

Na realidade, a nossa delegacia apresenta grandes dificuldades, mas, se os senhores procurarem saber as condições das demais delegacias do Estado do Rio Grande do Norte, a nossa deve ser uma das melhores. Imaginem o restante como é que se encontra! E isso não vem de agora, de 1 ou 2 anos; isso vem há anos. Há anos que o orçamento da Polícia Civil vem sendo cortado. Há Governos que o orçamento da Polícia Civil vem sendo cortado, e não temos condições sequer... Já houve época de não ter como comprar papel e cartucho para poder trabalhar na delegacia.

A delegacia, realmente, onde vocês estiveram hoje, está pintada, mas isso foi um esforço que houve de todos os policiais para poder deixar a delegacia daquela forma, porque esta é a forma como eu trabalho: eu só trabalho em local limpo, juntamente com os meus policiais. Logicamente que a parte de mão de obra foi do



Estado, mas se eu fosse esperar, com certeza, teria que esperar por muito tempo para ser realizado um serviço naquela delegacia — e, vejam: é uma das melhores do Estado do Rio Grande do Norte. Ou seja, falta, sim, equipamento; falta, sim, pessoal, isto é público e notório.

Os senhores visitaram a nossa delegacia. Ela só tem dois computadores. “Ah, mas nós chegamos e havia vários notebooks e vários computadores”. Isso é pessoal, isso é carga do chefe de investigação, isso é carga do escrivão. Nós temos policiais civis aqui, no Rio Grande do Norte, que colocam, sim, o seu dinheiro para pode trabalhar, para poder exercer a sua função. Eles exercem a função com dignidade. Ou seja, a delegacia não para. Se hoje nós mandamos cerca de 15, 20 inquéritos por mês, logicamente não só para a Comarca de Natal, mas também para outras comarcas do interior, é porque esse pessoal está nos ajudando; se não, isso não seria possível de forma nenhuma.

Nós temos várias ocorrências que são registradas na nossa delegacia. Meu maior problema que venho exatamente trazer a esta CPI é o seguinte: eu sempre falei e sempre vou continuar dizendo: há necessidade de ser feita denúncia, sim. O Disque 100 é muito utilizado? É muito utilizado. O 08000842999, também da Secretaria de Segurança, é muito utilizado. Eu só vejo um problema. O problema é o seguinte: não adianta nós termos 10, 20, 30 órgãos recebendo denúncias, se nós só temos uma delegacia que constitucionalmente é a única que pode apurar.

Com a devida vênia, não concordando aqui com o nosso Promotor, eu sou a favor, sim, da PEC, porque, com as próprias palavras, como foi dito, eu acho que tem de se investir, sim, na Polícia Civil, criar um setor de inteligência dentro da Polícia Civil, que dê condições à Polícia Civil de tratar de todas as investigações, que contrate mais. Ou seja... Nós temos... Agora, foram chamados apenas mais 10 ou 15 delegados. Nós somos um dos únicos Estados da Federação que não possui Polícia Civil em todas as comarcas do interior. Isso é um absurdo! É uma vergonha essa situação que atravessa o Estado do Rio Grande do Norte, e isso não é de agora; isso é há anos. Eu estou na Polícia Civil há 16 anos. O último concurso que houve anterior a essa última nomeação que houve, no ano passado, foi o meu concurso. Quando eu entrei na Polícia Civil, em 1997, fazia 11 anos que não havia um concurso para a Polícia Civil especialmente para delegado. Parece que piorou.



Agora, vieram chamar depois de 15 anos, e temos várias vagas ainda a serem ocupadas. Ou seja, há necessidade de ser feito. Nós precisamos — certo? — tomar todas essas comarcas, colocar a Polícia Civil em todas essas comarcas, porque só assim a Polícia Civil poderá tratar, sim, de todas as suas atribuições constitucionais.

Qual é a nossa maior dificuldade? A nossa maior dificuldade, posso dizer, sim, é a nossa investigação. Não há como você realizar investigações. Eu tenho uma equipe: apenas um delegado, um escrivão e 11 agentes de Polícia Civil. Não existe... Eu recebo 20, 30 denúncias por dia. Eu fico constrangido, porque eu tenho de solicitar ao meu setor de investigação, com um único chefe de investigação, para designar uma equipe para verificar denúncias que acontecem em Parnamirim, em Macaíba, em São Gonçalo, em todas as regiões do nosso Estado, principalmente na Grande Natal. E a isso é dado prazo. Nós precisamos concluir essas situações para informar ao Ministério Público o que foi feito, e isso é impossível de ser feito.

Eu sou pai. Eu tenho três filhos e eu sei o que é a situação de um pai quando chega a uma delegacia para fazer um ocorrência porque a sua filha foi vítima de abuso sexual... Noventa por cento dos casos — posso informar aos senhores — é dentro da própria família, é alguém próximo, é alguém que trabalha com aquela pessoa, é alguém que disse que estava ajudando aquela pessoa. Isso é uma realidade aqui no nosso Estado. Ou seja, não temos como verificar todas as denúncias. Então, o que vai ser feito? Infelizmente, nada. Eu não posso dar conta de tudo o que acontece aqui no nosso Estado. Não estamos dando conta nem do que acontece aqui em Natal e na Grande Natal.

Este ano... Eu entrei na delegacia em outubro do ano passado, a delegacia tinha 68 inquéritos instaurados. Nós concluímos o ano com 112 inquéritos instaurados. Este ano... Acabei de tombar hoje pela manhã o inquérito de número 85. Certamente, este ano teremos cerca de 200 inquéritos para remeter à Justiça. E, pasmem: 99% desses inquéritos são de abuso sexual, de estupro de vulnerável, de crianças e adolescentes com menos de 14 anos de idade. Alguns dias atrás, foi remetido ao Ministério Público, em forma de urgência, um abuso sexual de um pai com um filho de 5 anos de idade. Foi decretada a prisão temporária, e ele está aguardando nessa situação, uma situação de urgência. Ou seja, há situações em que temos parar tudo que estamos fazendo para dar conta.



Os senhores tomaram conhecimento daquele último fato que houve antes do carnaval, quando um motoqueiro, um *motoboy* conhecido como Zé Antônio... Nós já o indicamos em cerca de... Já são 25 vítimas. Esses casos de estupro de vulnerável aconteceram entre outubro e fevereiro, antes da sua prisão, a maioria deles na Comarca de Natal, que devem estar com o Dr. Marcondes, e muitos na Comarca de Parnamirim também. Inclusive, já foi marcada a primeira audiência. O nosso chefe de investigação não pôde participar porque está com a perna quebrada. Ou seja, eu tenho 11 policiais, um quebrou a perna... Geralmente, alguém está de licença-prêmio ou de férias, mas o pessoal da delegacia trabalha de manhã, de tarde e de noite, quando necessário, para dar conta desses inquéritos.

Nós temos duas viaturas em condições de uso e uma viatura cedida de um convênio com o Governo Federal. Por isso, solicito aos nossos representantes que também o Governo Federal venha ajudar o nosso Estado. Há possibilidade de ser feito convênio em que podem ser cedidas viaturas, equipamentos eletrônicos, computadores... Isso não é uma responsabilidade só do Governo Estadual; isso é também do Governo Federal e do Governo Municipal. Nós temos de nos unir para dar conta do abuso sexual contra crianças e adolescentes no nosso Estado. Senão, não haverá condições de essas pessoas virem a responder por um crime hediondo.

Nós temos uma assistente de Psicologia e também uma estagiária de Direito. Já na primeira semana, quando essa estagiária começou a trabalhar, ela não conseguia ler os inquéritos, principalmente quando via as avaliações psicológicas, porque começava a chorar, ficava em estado de choque.

Os senhores não têm as mínimas condições de conhecimento, de saber o que é dito numa avaliação psicológica quando uma criança ou um adolescente vai ser ouvida no ITEP e, principalmente, quando elas vão prestar depoimento na delegacia. Nós temos situações de crianças de 10, 11, até 9 anos... Havendo condições, nós tentamos ouvir essas crianças na delegacia. Porque, infelizmente, nós temos uma situação precária, sim, a Polícia Civil, mas o ITEP acho que está dez vezes pior ou mais do que a Polícia Civil.

Uma das provas mais utilizadas em relação à violência sexual é a avaliação psicológica realizada no ITEP. Porque o crime de violência sexual é um crime silente, é um crime que não tem testemunha. E, pasmem: as avaliações psicológicas



estão sendo marcadas para março de 2013. Março de 2013! Eu não errei: é março de 2013. Algumas situações urgentes... Nós temos falado com o pessoal do ITEP, com a Dra. Marisa, que nos atende... E conseguimos, em situações mais graves, como este de uma criança de 5 anos de idade, levar imediatamente. Ela faz essa avaliação psicológica... Tanto é que tomamos conhecimento do fato na terça-feira e, na quinta-feira, já estava com a prisão temporária decretada, e ele foi preso logo em seguida, quando compareceu à delegacia.

Então, precisa, sim... Precisamos de mais audiências públicas, mas que todos venham ajudar. Não adianta, como eu vinha dizendo, ter um Disque 100, o Disque-Denúncia, se todos vão... informações, como os conselhos tutelares que nos mandam relatórios sociais todas as semanas. Eles ficam na minha mesa, porque... Só cabe a quem? Nós temos o SOS, temos os conselhos, temos o Ministério Público, que recebe também denúncias e as manda para a delegacia, mas só cabe à delegacia investigar. É a única responsável por essa investigação.

Então, tem de aumentar a quantidade de policiais? Tem. Tem de ser criada uma Delegacia da Criança e do Adolescente na cidade de Mossoró? Sim. Em Mossoró, no Seridó ou em outra região do Estado, há essa necessidade. Está sendo criada a Delegacia de Homicídios na cidade de Mossoró, e há uma necessidade gritante em relação a essa situação, mas temos de pensar também nas crianças e nos adolescentes.

O próprio Zé Antônio, conhecido como Motoboy, quando ele foi ouvido na Delegacia, após ter cometido mais de 25 estupros, nos disse que foi vítima de violência sexual durante a sua infância pelo seu próprio pai.

Então, essas pessoas têm de ser tratadas. Essas pessoas que são vítimas também têm de ser tratadas pelo Estado, sob pena de *a posteriori* estarem cometendo crimes, e a responsabilidade não é só dos familiares, mas do Estado também, e o Estado não está fazendo a parte dele; está deixando só para a Polícia, para o Ministério Público e para o Judiciário fazerem. Ou seja, a pessoa que cometeu aquele crime de abuso sexual certamente foi uma vítima no passado.

São situações que têm de ser revistas. Daí a necessidade desta audiência pública para mostrar ao Governo, e não só aos Governos Federal, Estadual ou Municipal, como eu já disse, mas aos seus gestores para verificarem essas



situações. Ou seja, a nossa delegacia não tem mais condições de trabalhar. Nós temos situações... Nós chegamos a marcar de 8 a 10 oitivas por dia, o cartório da delegacia. Estamos com audiências marcadas para ouvir pessoas na delegacia para o mês de agosto. Ou seja, de 8 a 10 pessoas por dia sendo ouvidas, além daqueles casos esporádicos que chegam, casos de flagrantes que, de imediato, têm de ser feitos.

Então, é isto o que eu peço, é isto o que, em nome da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte, eu venho pedir aos senhores: que procurem os órgãos responsáveis, que procurem os gestores para que nos seja dado mais apoio. A delegacia não vai cansar. Sabemos que não temos as melhores condições para trabalhar nesse combate, mas aquilo que chegar até a delegacia, podem ter certeza, vai ser feito. Vamos procurar, no prazo mínimo, encaminhar esses fatos ao Ministério Público para que, aí, sim, ele ofereça denúncia e, em seguida, se tenha todo o processo judicial e haja a condenação, como todos esperamos.

Chegamos a receber, toda semana, mandatos de prisão. Dois, três mandatos de prisão recebemos toda semana na delegacia para serem cumpridos, e estão sendo cumpridos. Certo? Infelizmente, a algumas situações é dada maior publicidade e, para outras, não. Deixamos até de dar publicidade porque não temos mais onde colocá-los.

Acabei de saber, há pouco tempo, que o presídio da Polícia Civil, uma delegacia antiga, está com 105 presos de Justiça. Temos uma grande preocupação hoje: prender e levar para onde? Não temos para onde levar esses presos. É outra situação pela qual passa o nosso Estado, o Rio Grande do Norte.

Por último, gostaria de agradecer pelo debate sobre toda a situação que foi colocada aqui no dia de hoje, e que realmente saia um documento a todos os órgãos e gestores responsáveis pela questão da segurança pública, para que nos seja dado maior apoio. Sei que essas dificuldades em que se encontra a delegacia não são de hoje. Há anos a delegacia vem passando por essas dificuldades. Eu sei que mais pode ser feito.

Foram nomeados agora, há pouco tempo, alguns delegados, escrivães e agentes. Sabemos que foram mandados para o interior do Estado, como o próprio Promotor já disse. Ele já deve ter trabalhado no interior — eu já trabalhei —, onde



existiam colegas respondendo por mais de 22 cidades. Isso é impossível! Isso não existe! É estar enganando uma população se colocar um delegado para responder por 20 cidades! Isso é um estelionato! É estar enganando a população! A população pensa que está sendo atendida e não está sendo atendida de forma nenhuma. Ela está sendo, sim, é enganada.

Então, nós temos, aí, o pessoal já passado, que já fez a Academia e pode ser nomeado. Existem vagas suficientes para esse pessoal ser nomeado. Sabemos que existe também a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, quando se quer, pode ser feito. E segurança pública, juntamente com saúde e educação, é primordial. Outras coisas podem ser deixadas para ser feitas depois. Publicidade, outras situações podem aguardar, mas eu acho que segurança pública, educação e saúde têm de ser prioridades. E é isso o que eu espero para poder atender mais trabalho e mais situações específicas na nossa delegacia e encaminhar esses procedimentos, para que essas pessoas sejam julgadas, condenadas, presas e responderem pelo crime que cometeram.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Delegado Correia Júnior.

Nós estamos conscientes da veracidade e da importância do seu relato, porque estivemos lá, inclusive, e constatamos tudo isso que aqui foi falado.

E quero apenas dizer que o lema da campanha de combate à exploração sexual é *Calar é Consentir, Denunciar é Proteger*, e houve um momento, que ainda está sendo necessário ser desenvolvido, que faz com que as pessoas se conscientizem sobre a necessidade de denunciar. Agora, nós precisamos aliar a essa necessidade da denúncia o atendimento e a responsabilização, porque nós precisamos estimular a denúncia, como tem sido feito, mas essa agenda tem de caminhar colada ou de forma muito irmanada com a necessidade de termos um atendimento e a responsabilização, que é o que foi falado pelo nosso Delegado Correia Júnior. Nós temos um único delegado responsável por 167 Municípios. Ele falava em 11, nós pegamos a informação de 13 agentes, mas tanto 11 quanto 13 são números absolutamente insuficientes.



Então, portanto, é preciso denunciar, mas... Nós tivemos um aumento de milhares de denúncias depois do depoimento da apresentadora Xuxa, no Disque 100, mas nós precisamos acompanhar a denúncia. Isso está sendo discutido, já. Nós estamos fazendo essa discussão com o Disque 100, e, aqui, no Rio Grande do Norte, pelo Ministério Público, que concentra essas denúncias, também está sendo feito um processo, e as estruturas para que nós possamos acompanhar cada uma dessas denúncias. Mas é preciso assegurar o atendimento e assegurar a responsabilização também. Senão, nós vamos ter a denúncia, mas não a possibilidade de proteger essa criança e esse adolescente para que possam ressignificar a sua própria vida e a sua própria vitimização, e nem vamos ter a possibilidade de romper com a impunidade.

Então, portanto, nós estamos trabalhando com isto: a questão da responsabilização do atendimento para além das políticas de prevenção.

Eu passo a palavra, neste momento, à nossa Deputada pelo PSB do Rio Grande do Norte, que está aqui conosco e que nos enche de alegria pelo fato de estar aqui conosco, a nossa Deputada Sandra Rosado, que também compõe a CPI, obviamente. Vocês veem que o Rio Grande do Norte está bem representado nesta CPI da Exploração Sexual.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Vou falar daqui, mas vou falar pouco.

Boa tarde, amigos e amigas. Eu quero, neste momento, fazer um agradecimento muito especial às nossas duas colegas que vieram dos seus Estados, Erika Kokay e Liliam Sá, que coordenam o trabalho desta CPI. Agradeço a vinda de S.Exas. e lhes desejo também feliz estada no nosso Estado.

Abraço também a Deputada Fátima Bezerra e ao nosso querido Senador Paulo Davim, que também têm sido batalhadores nessa luta em defesa das crianças e dos adolescentes do nosso País.

Também quero saudar o Deputado Mineiro, a Deputada Márcia, que esteve aqui conosco, a Vereadora Júlia e, por intermédio deles e delas, eu quero saudar todos os membros desta Mesa, como também o Padre Murilo, que está aqui compondo este trabalho.



O trabalho desta CPI já é o segundo de que participo. Do primeiro, confesso, participei mais ativamente, porque eu tinha uma dedicação quase que exclusiva à CPI; mas, agora, eu, como Líder do PSB, tenho de dividir muito o meu tempo, mas tenho acompanhado esse trabalho. E sei que um trabalho coordenado pela Deputada Erika é um trabalho que realmente vai dar excelentes resultados aqui para o nosso Brasil, para o nosso Estado e para o nosso Brasil. O que eu escuto aqui já são fatos recorrentes. Na primeira vez em que nós fizemos esta CPI, nós tínhamos um quadro mais ou menos como este, e eu pensei até que havia evoluído e fico estarelecida quando escuto o nosso promotor, o nosso padre, o nosso delegado aqui abordarem a falta de estrutura. O problema, nós temos, e é um problema que cresce a cada minuto, a cada dia.

Aqui no Estado, Deputada Erika, nós apuramos, certa feita, o caso de um pai que, na região central, trocava o sexo com as filhas, uma de 13 e outra 9, por cesta básica. Mas eu estou vendo que isso continua. Era um comerciante rico da cidade, rico para o Município, e ele fazia essa troca para suprir a necessidade de sua família. Mas isso não se justifica, porque, por trás disso aí, nós estamos vendo a falta de políticas públicas que venham a contemplar a população, para que se evite esse drama, e, cada vez mais, fica patente a falta dessas políticas. Nós queremos ver não uma história como a que foi relatada pelo delegado, que um só explorador de crianças, um estupro de pessoas que não tem, talvez, o senso da reação, tenha praticado esse crime por 21 ou 22 vezes e não tenha tido uma condenação, um julgamento e uma condenação.

Nós queremos aqui também dizer que lamentamos muito. O Rio Grande do Norte está vivendo assim um momento em que nós temos deficiência em muitos aspectos, em muitos segmentos. Nós temos visto, por exemplo, que a questão da saúde pública do Rio Grande do Norte é um fato que nunca foi tão debatido, tão reclamado pela população, a segurança também. E, aí, nós ficamos assim pensando que são esses casos que têm mais visibilidade que são os mais graves. Mas nós ficamos verdadeiramente estarelecidos quando escutamos: *“Não vou divulgar, porque não há onde colocar”*. Porque, se divulgar, mais pessoas são incentivadas a denunciar e, aí, não há onde botar esses criminosos, os criminosos das nossas



crianças, dos nossos adolescentes. São meninas e meninos que deveriam estar na escola, deveriam estar se educando para um futuro e estão sendo explorados.

Então, é uma preocupação a mais que temos. Queremos que esse trabalho feito aqui em Natal também tenha uma consequência positiva. Essa verdade, Deputada Lilliam e Deputada Erika, tanto eu como a Deputada Fátima, o Paulo o Davim, o Mineiro, a Júlia sabemos. As delegacias... Existe um delegado no interior, e eu sou do interior, para 20 cidades. Então, os exploradores, certamente, estão batendo palma para isso, porque eles não vão ser importunados, não vão ser incomodados, as Promotorias também têm suas deficiências, e para isso nós queremos chamar a atenção do Brasil.

Não são apenas os problemas da saúde e da segurança que estão maltratando o Rio Grande do Norte. São também os fatos que vêm ocorrendo com relação às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Então, eu quero também dizer do meu reconhecimento ao papel não somente daquelas pessoas que se juntam em entidades para ajudar, para apoiar o trabalho que é feito e que deveria ser feito pelo Estado ou pelos Municípios, mas também quero chamar a atenção para os conselhos tutelares, que são extremamente importantes. Na minha cidade de Mossoró, o conselho tutelar é precariamente instalado, precariamente servido, não tem estrutura, mas ainda é onde nós nos salvamos quando queremos procurar resolver ou encaminhar uma solução para determinados problemas. Os conselhos tutelares não têm recursos, não têm equipamentos. Eu, inclusive, agora — e sei que terei o apoio das minhas colegas Deputadas —, apresentei projeto de lei propondo que o recurso vá diretamente para o conselho tutelar, não tem essa história mais de passar para ver se o Prefeito ou a Prefeita acham que é conveniente repassar, se o conselho politiza. Passam a analisar politicamente, partidariamente, se devem mandar o recurso para o conselho ou não, porque fulano ou beltrano não segue a posição política defendida por quem está no poder. Então, eu quero chamar a atenção para isso.

Lamento, Padre Murilo, esta nossa colocação: o terceiro lugar em relação às Capitais brasileiras em registro de exploração sexual. Tão bom seria se nós estivéssemos no primeiro lugar no combate eficiente e eficaz a essa exploração terrível — e com essa preocupação a mais da Copa, que deveremos ter nós todos,



tanto o Parlamentar federal, estadual ou municipal, como os governantes, a população e a sociedade organizada. Todos nós temos de ter essa preocupação, senão, vamos agravar mais, assistir ao agravamento maior da situação das nossas crianças.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputada Sandra Rosado, aqui do Estado e que nos tem ajudado sobremaneira na CPI.

Eu quero passar a palavra neste momento, ao Pastor Eudes Cabral Figueiredo, Diretor-Executivo da Convenção Batista do Rio Grande do Norte.

O SR. EUDES CABRAL FIGUEIREDO - Eu quero saudar todos os presentes aqui, inicialmente, no nome da Presidente, a Deputada Erika — a Relatora, as Deputadas aqui do nosso Estado, que têm feito um trabalho também lá no Congresso, Deputada Fátima e Deputada Sandra, o nosso Senador Paulo Davim, meu cardiologista, e todos os demais presentes aqui.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Bom coração.

O SR. EUDES CABRAL FIGUEIREDO - É verdade. Isso é um fato, e nós estamos aí.

Meus queridos, é um momento marcante para nós este momento aqui. Na minha vida, diretamente, é a primeira vez que participo representando a Igreja Batista. Outros já participaram. Nós temos uma ação também ligada a todas as áreas sociais. Mas nós precisamos, de fato, e eu vejo isso com esse convite, que não é uma ação isolada de qualquer instância de um Governo, seja Governo Estadual ou Municipal, mas precisamos todos nos juntar numa grande ação para diminuir esses dados, como o Padre Murilo apresentou aqui, não só do nosso Estado, mas do Brasil.

Quando ouvi a Deputada Sandra falar de pessoas que vendem sexo com os filhos ou as filhas por subsistência, sabemos que acontece isso em todos os lugares. Eu ouvi falar disso também certa vez na minha cidade. Eu moro em Goianinha, cidade aqui próxima, no interior, e ouvi falar disso lá também, o que me chamou a atenção. Depois que eu soube, eu perguntei para as pessoas do conselho se elas sabiam disso. Eu não fui fazer uma denúncia, eu não tinha dados para isso, eu tinha ouvido falar. Eles disseram: "*Nós precisamos receber uma denúncia formal, porque*



temos de ser instigado a isso". E não houve; houve uma acomodação em função dessa situação social. Então, eu me alegro porque nós temos de fato de nos juntar numa ação conjunta de toda a sociedade, e a Igreja tem um papel importante nisso, um papel na formação, um papel na educação. A Igreja tem um papel muito importante nisso no cuidado dessas pessoas que são vítimas disso. O Padre Murilo sabe disso e acompanha esse trabalho feito não só pela Igrejas Católica e Evangélicas. Então, esse cuidado espiritual de pessoas que passam por isso, para que eles possam, após esse grande trauma, enfrentar a vida, e não viverem a vida toda vítimas, agora, dessa situação, porque é esse tratamento que vai fazer agora que a pessoa agora reaja para a vida e, aí, possa entender que foi vítima de um abuso, como alguém pode ter sido vítima de um abuso moral no trabalho, ou outra coisa, e, às vezes, entra numa depressão profunda por questões... Então, a igreja tem esse papel.

E eu me coloco aqui, como representante de Igreja Batista, dizendo que nós temos cumprido isso, trabalhado na formação espiritual, trabalhado no aconselhamento, trabalhado nisso. Mas eu acho que precisamos, de fato, de uma ação mais enérgica, mais direta. Uma ação mais profunda, em todas essas questões que envolvem esse problema tão grave que abala o nosso País.

Natal tem se tornado uma cidade conhecida pelo turismo sexual. Às vezes, recebo pessoas, amigos, colegas de outras Capitais que vêm aqui e sabem disso, eles perguntam sobre isso; querem ver a nossa famosa Praia de Ponta Negra, mas sabem também que ela tem se tornado famosa pela exploração sexual. E nós precisamos mudar isso, para que Ponta Negra e outras praias de nossa orla, não só na orla da cidade, nas praias urbanas, tornem-se famosas e conhecidas pelo que, de fato, elas têm a oferecer, e não pela exploração.

Às vezes, eu brinco com alguns colegas que vêm de fora para cá... E, quando a Deputada Sandra falava das colegas que vieram de fora conhecer o Estado e trabalhar aqui, não sei se terão tempo de fazer alguma coisa na nossa cidade, de conhecer. Mas eu brinco dizendo que algumas pessoas que vêm passar dias aqui, quando voltam, às vezes, têm profundos problemas de depressão, porque, quando chegam na sua cidade, lembram de Natal, lembram do clima agradável, lembram da



natureza, lembram daquilo que deixaram e ficam tristes: “Ah, eu não posso morar lá, eu tenho que voltar para a minha realidade”. E eu brinco, assim, com isso.

Mas nós precisamos fazer com que a nossa cidade volte a ser conhecida por suas belezas naturais; que o turismo, de fato, seja aqui pelas suas belezas naturais.

E nós sabemos que precisamos enfrentar dois tipos de exploração sexual. Aquela que acontece na beira das estradas — e os policiais rodoviários federais estão aqui e têm combatido isso, como tenho visto, tenho acompanhado pela televisão —, aquela que acontece publicamente, aquela em que as pessoas vão lá e vendem o corpo, ou se vendem, ou alguém vende. Essas acontecem aí. Mas pior do que tudo isso são aquelas que acontecem, como foi falado aqui, dentro do quarto, na família, aquela situação de que ninguém vai saber, aquela situação em que, se a menina ou o menino falarem, eles é que serão, vamos dizer assim, penalizados. E enfrentam essa vida. O que fazer, então, por essa situação?

Então, eu queria deixar essa palavra aqui no sentido de que nós estamos juntos, a Igreja está junto em todo esse papel, nesse trabalho.

E quero parabenizá-los pela iniciativa de fazer uma audiência pública dessas aqui, na nossa cidade, para que possamos discutir juntos isso aí. E vamos, juntos, lutar para mudar a realidade; mudar a realidade espiritual do ser humano e mudar também a realidade social, para que ele possa, assim, ter melhores condições.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigado, Pastor Eudes, Diretor-Executivo da Comissão Batista do Rio Grande do Norte.

Eu gostaria de passar a palavra, neste momento, à Verônica Maria da Costa Dantas, que é Secretária-Adjunta da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Natal e que aqui está representando a Prefeita de Natal, Micarla Araújo de Sousa Weber, e o Sr. Alcedo Borges de Melo Júnior, que é o Secretário Municipal do Trabalho e Assistência Social de Natal. É um prazer tê-la aqui.

A SRA. VERÔNICA MARIA DA COSTA DANTAS - Boa tarde a todos e a todas.

Em nome da Prefeita e do Secretário da Assistência, parabenizo a Deputada Fátima pela iniciativa, que é de grande importância para o nosso Estado e para o



nosso Município, e, em nome dela, cumprimento todos da Mesa e todos os convidados e participantes.

Foram muito importantes todas as falas até agora, para que a gente possa, também, fazer uma reflexão do nosso papel enquanto representantes das políticas públicas, e, principalmente, da área da assistência social.

Também tenho acompanhado a situação da DCA, que, juntamente com Conselhos Tutelares e outras instituições — e mesmo a própria Secretaria de Assistência —, tem buscado desempenhar com grande relevância e empenho dos profissionais para que não só faça a responsabilização desses agressores, mas principalmente garanta a todas as crianças e adolescentes que são vítimas da exploração sexual um atendimento digno, um atendimento merecedor; e principalmente para que possa, juntamente com outras instituições — e as políticas públicas da saúde principalmente —, garantir também o atendimento da terapia para essas crianças e adolescentes que são vítimas de exploração sexual.

É importante também colocar que, na própria proposta do Sistema Único de Assistência Social — SUAS, a política pública da assistência social não pode e não deve, por si só, responder pela exploração sexual, pela violência sexual. É importante que as outras políticas públicas — de saúde, de educação, de esporte e lazer, de trabalho, de habitação —, como foi colocado aqui, possam fazer parte desse plano, mas na atuação direta, porque, além da responsabilização, que é de fato uma situação preocupante, precisamos trabalhar com a proteção integral da família, não só a da criança e do adolescente, mas a da família. E é nesse parâmetro que trabalhamos. É importante proteger aquela família, porque muitas das crianças e adolescentes que são vítimas de exploração sexual estão sendo vítimas através de suas famílias. A família precisa ser protegida. A família precisa de emprego, de habitação, de uma casa para morar. Precisa ser qualificada, precisa ser protegida como um todo.

Mas não podemos esquecer que os órgãos de responsabilização têm que fazer a sua parte e fazer o seu papel, mesmo diante das dificuldades, como se colocou aqui, porque não adianta o trabalho dos CREAS e dos CRAS com essas crianças e adolescentes, se não tivermos na ponta, após o encaminhamento para as delegacias, esse respaldo.



Entendemos a preocupação, como foi colocado aqui pelo delegado da DCA, ante a falta de estrutura e a falta de condições, mas também entendemos que, se não tivermos esse apoio das delegacias, o nosso papel, o nosso trabalho enquanto instituição que através dos CREAS faz o atendimento às vítimas de exploração sexual, não vai obter o seu objetivo final, porque nós fazemos o encaminhamento, quando chega aos CREAS, da denúncia para a DCA.

É importante também colocar que fizemos junto à Secretaria de Saúde uma solicitação muito importante, para que, dentro das unidades de saúde ou em um local específico, possa haver um núcleo de atendimento às vítimas de violência sexual, para que crianças e adolescentes tenham na saúde um atendimento prioritário, porque os CREAS não fazem atendimento psicoterápico. A terapia é própria da área da saúde. Mas, se não tivermos esse suporte, não vamos poder garantir o atendimento para aquela criança que foi vítima, porque ela precisa desse atendimento prioritário na área da saúde também.

É importante colocar que esse trabalho que vem sendo feito — e digo que ele não pode parar aqui — vem de um processo de construção de todas as políticas públicas. É um processo de construção, sim, porque de 2009 até hoje implantamos no Município de Natal quatro CREAS. No Município de Natal, em 2009, só tínhamos dois serviços, o antigo Sentinela e o de População de Rua. Nós fizemos a expansão, através do Governo Federal, para mais dois CREAS. Então, ficamos com quatro CREAS em cada região do Município. Ainda é pouco, com certeza ainda é pouco, mas é um começo.

Nós tínhamos cinco CRAS para atendimento das famílias, fazendo a prevenção também, na proteção básica. Hoje temos implantados no Município de Natal mais onze CRAS, o que ainda é muito pouco para o atendimento às famílias que encontramos em situação de vulnerabilidade. Mas já recebemos também a expansão do Governo Federal para implantarmos mais seis CRAS no Município de Natal até 2013.

Não é fácil, realmente, mas acho que este não é o momento de olharmos para trás, mas olharmos o que podemos fazer, o que todos nós podemos construir, diante das dificuldades: o papel de cada um, a atribuição de cada um, sem colocar de lado as responsabilidades.



E aqui me coloco, enquanto representante do Município de Natal e assistente social, uma pessoa que se preocupa bastante com a criança e com o adolescente e que tem visto, durante esses anos, várias instituições envolvidas em benefício da criança e do adolescente.

A SEMTAS tem tentado cumprir a sua parte, juntamente com outras instituições — e até com algumas instituições parceiras como o Projeto ViraVida, com que temos uma parceria muito positiva, e outras e outras instituições que fazem parte do sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Os Conselhos Tutelares também, com todas as dificuldades por que têm passado nos últimos anos, têm tido um entendimento e uma proximidade maior com a Assistência, mesmo diante das dificuldades, assim como o Conselho Estadual. Temos buscado melhor essa aproximação, porque, por mais que tenhamos dificuldade, se não tivermos uma comunicação mais próxima, vamos ter muito mais dificuldade para enfrentar essa problemática, que vem com certeza acabando com as nossas crianças e adolescentes — sem falar que é uma das piores formas de trabalho infantil a exploração sexual.

Através da SEMTAS, nós temos o trabalho de prevenção e atendimento. Nós temos, na proteção básica, vários serviços específicos para a proteção e a prevenção de crianças e adolescentes. Temos, através da SEMTAS, o ProJovem Adolescente, que hoje atende 2.200 adolescentes com atividades e oficinas no horário contrário ao da sua escola. Nós temos atividades de música, esporte, lazer. E uma parte desse tempo é voltado à qualificação, para profissionalizar esse jovem para o mercado de trabalho, quando ele está próximo a sair do ProJovem Adolescente.

Nós temos também, para a faixa etária de 6 a 15 anos, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — PETI. Implantamos, em 2011 e 2012, mais núcleos, para fazer a prevenção dessa situação.

Em todos os dois programas, no ProJovem Adolescente e no Serviço de Convivência para Crianças e Adolescentes, do PETI, temos nesses serviços crianças e adolescentes que foram vítimas de situação de exploração sexual. Hoje estão inseridas nesses programas exatamente para se fazer a prevenção. E o mais importante: as famílias estão sendo acompanhadas, atendidas e principalmente



encaminhadas para projetos e programas que possam melhorar a sua qualidade de vida, para que as famílias possam ter um norte para o seu projeto de vida, para a vida do seu filho ou da sua filha.

É importante colocar uma situação que precisamos melhorar: adolescentes que são vítimas e que estão ameaçados de morte. Não temos, em nosso Estado, o PPCAAM. Muitos adolescentes que estão na exploração sexual e que vão denunciar são ameaçados de morte. Precisamos, sim, pensar no PPCAAM, que é um programa de atendimento para crianças e adolescentes ameaçados de morte. Muitas vezes, esses adolescentes são encaminhados para as unidades de acolhimento em nosso Município, e sabemos que a unidade de acolhimento, a instituição de acolhimento não é um local específico para a proteção de uma pessoa que está ameaçada de morte, porque esse é um acolhimento aberto, não é privativo, fechado, escondido, seguro; pelo contrário, é um local visível para a sociedade, porque é um local de proteção. Portanto, é importante verificar também essa situação no nosso Município.

Também nos preocupa a questão das drogas. Hoje, temos, no Município de Natal, um departamento exclusivo para atender todas as pessoas em situação de drogadição, entre eles crianças e adolescentes, porque muitas das adolescentes que são vítimas de exploração sexual também têm algum envolvimento com droga, bem como suas famílias. Nós, através desse departamento, procuramos fazer os encaminhamentos necessários.

Agradeço a todos. Estamos aqui para contribuir no que for necessário e para fortalecer cada vez mais essa ação de tamanha importância para o nosso Estado.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Sra. Verônica.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Fernando Mineiro, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Em seguida, ao Senador Paulo Davim

O SR. FERNANDO MINEIRO - Quero dar o meu boa-tarde à Mesa e cumprimentar as Deputadas Erika Kokay e Liliam Sá, Presidente e Relatora da CPI.

Agradeço à Deputada Fátima Bezerra a iniciativa de ter sugerido que a Comissão se reunisse hoje aqui.



Cumprimento o Senador Paulo Davim; o Padre Murilo; o representante do Município; o representante da Polícia Rodoviária Federal; o senhor delegado; o senhor promotor e a Sra. Sayonara, representante dos movimentos sociais.

Serei breve.

Um repórter me perguntou ainda há pouco o que eu achava da presença da CPI hoje aqui e o que poderia ser feito. Eu fiquei parado um minutinho para saber o que eu iria responder, porque há 3 ou quatro 4 anos, aqui neste mesmo local, tivemos a presença da Comissão Mista de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e os relatos de hoje são mais dolorosos do que os de 3 ou 4 anos atrás, porque a situação, ao invés de melhorar, piorou. Esta é a minha constatação: piorou a situação em nosso Estado!

Aqui, Deputada Erika Kokay e Deputada Liliam Sá, as coisas estão muito difíceis, porque falta quem articule as ações entre os entes federados, o Governo e a sociedade civil. Essa é a realidade. Nós não temos, no Orçamento, nenhum recurso destinado — nem neste ano, nem no ano passado — para a implementação do plano. E a julgar pela Lei de Diretrizes Orçamentárias que chegou a esta Casa, não teremos no ano que vem, porque não cita nenhuma ação para a questão do Plano de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Não está prevista na LDO, Padre Murilo, que chegou na semana passada. Estive lendo-a. Nós a estamos estudando ainda, mas, como haveria a CPI hoje, li especificamente essa parte.

O que acontece? A política de crianças e adolescentes é vinculada ao Gabinete Civil. Até o representante do Estado, que estava aqui, foi embora. Quem tem condição, do meu ponto de vista, de convocar a sociedade para articular uma ação — e a ação tem que ser articulada — é o Governo do Estado. Não adianta que os órgãos do Governo Federal ou do Município tentem fazê-lo, ou o Promotor. Não adianta!

A Polícia Rodoviária Federal tem um trabalho aqui belíssimo. Agora, o que acontece? Eles levantam os dados — conheço e sou amigo de vários policiais rodoviários federais — e os encaminham para quem? O promotor recebe os dados e os encaminha para onde? É uma situação muito complicada a que vivemos aqui, porque não tem onde desaguar a ação, não tem onde encaminhar a ação. A



sociedade civil quer ajudar, as ONGS querem ajudar, querem pautar, querem participar, mas vão falar com quem?

Então, Deputadas Erika Kokay e Liliam Sá, eu gostaria que amanhã, quando sentarem com a Governadora, as senhoras sugerissem isto: que a Governadora traga para si a tentativa de articulação, que ponha uma pessoa responsável para articular as entidades.

O Dr. Correia falou aqui: a angústia dele é a angústia que qualquer delegado tinha há 3 ou 4 anos, mas agora mais agravada. Porque uma delegacia com 11 policias para cuidar de 167 Municípios, vamos combinar, é só para dizer que tem.

Então, a minha sugestão é que o Governo do Estado — infelizmente, não tem ninguém aqui para a gente poder sugerir — assumisse a tarefa de criar um fórum governamental, intergovernamental, com instituições, para tocar essa questão e fazer uma revisão do plano. A gente tem um plano que é bacana. O plano é bacana. O plano é de 2004, legal, e tal. Mas e aí? Cadê? Não cita a LDO. Não é citado, lá, assim: implementação do plano... Não tem nada disso escrito. Não tem em lugar nenhum! Então, não se tem como acionar nada! Não se tem como articular nada, a não ser se ficar nessa angústia, o promotor falar com o delegado, o delegado falar com o promotor. Não tem!

Então, a minha sugestão é muito simples, ouviu, Deputado Paulo, ou melhor, Senador Paulo Davim. Falei Deputado porque ele já foi Deputado Estadual. Eu sei que o senhor vai ajudar aqui, tentar articular, sentar com a Governadora, pedir que ela crie um fórum, crie uma articulação, porque, senão, vai ficar essa fragmentação: a Polícia Rodoviária Federal faz um trabalho interessante nas rodovias; o Conselho Tutelar faz — estou vendo os Conselheiros Tutelares aqui, e quero cumprimentar a Cristina, o Marcílio —, as ONGs fazem, mas, e aí? O promotor faz, o delegado faz, mas e aí? Vai para onde? Então, acaba ficando uma situação de angústia muito grande.

Então, eu quero dizer isso e agradecê-los por provocar a gente nessa inércia, ouviu, Deputada Erika? Porque existe uma naturalização aqui diante disso porque não anda. Aqui, no Estado, a gente se move quando sai a matéria no *Jornal Nacional*. Todo mundo faz discurso, sai no jornal, faz um blá-blá-blá, vai fazer isso, vai fazer aquilo. Aí, esquece. Depois de 3 anos, é outro escândalo no *Jornal*



Nacional. E aparece todo mundo falando. Enquanto isso, enquanto não sai no *Jornal Nacional*, ficamos aqui.

Então, obrigado por vocês terem chegado para nos cutucar, nos provocar, para sairmos dessa inércia, dessa indiferença com a situação, que é concreta.

Eu estava vendo os dados ali. Este ano, nós teremos, pelo andar da carruagem, em 2012, mais crimes de exploração sexual de crianças do que no ano passado. É crescente. Isso, com os dados que foram encaminhados. Vocês imaginem quantos não são encaminhados porque não há eficácia! Porque não há eficácia! Porque você vê nada acontecer e pergunta: vou encaminhar para quê? E todo mundo que trabalha na área sabem muito bem.

Então, é isso. Minha sugestão é propor ao Governo para incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias e criar um fórum de gestão, chamar todo mundo para poder acompanhar. Porque senão, daqui a 3 anos, teremos outra vinda da Comissão aqui e vamos estar reclamando dos aumentos dos dados e tal, a despeito da boa vontade e todos os agentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu passo a palavra agora...

Quero agradecer pela lucidez ao Deputado Estadual Fernando Mineiro. Nós vamos anexar à pauta que encaminharemos à Governadora do Estado no dia de amanhã a necessidade de termos um órgão responsável e, ao mesmo tempo, a organização, enfim, de estruturas para efetivar o controle social. Poder que não tem controle social tende a ser absolutista. Tem que ter controle social.

E eu passo a palavra, com muita alegria, ao Senador Paulo Davim, que é aqui do Rio Grande do Norte, do Partido Verde.

O SR. PAULO DAVIM - Boa tarde a todos.

Quero saudar a Mesa que compõe os trabalhos; quero saudar a Deputada Liliam, a Deputada Erika, a Deputada Fátima, a Deputada Sandra Rosado, que compõem a CPI, o Padre Murilo, o promotor, o delegado; quero saudar muito carinhosamente os membros da Polícia Rodoviária Federal, que fazem belíssimo trabalho de enfrentamento desse crime; a Vereadora Júlia Arruda; meu estimado



amigo Deputado Mineiro; a Deputada Fábiana, que estava há pouco aqui; e todos os presentes.

Eu fico satisfeito, porque a vinda da CPI a Natal no dia de hoje demonstra claramente que não existe uma acomodação. Nós sabemos que não é fácil enfrentar esse tipo de crime, por ser um crime de características muito particulares. É um crime silencioso, é um crime que acontece e não consegue ser enxergado pelos olhos da sociedade, pelos olhos das autoridades e que o seu enfrentamento precisa, sobretudo, de uma participação voluntária da sociedade e, para que isso aconteça, é necessário que essa mesma sociedade esteja sensibilizada contra esse crime, esteja informada do *modus operandi* dos elementos que praticam esse crime.

Eu, Deputadas Liliam e Erika, faço parte da CPI do Senado de Tráfico de Pessoas. E segunda-feira, uma semana atrás, nós tivemos uma audiência pública aqui. É impressionante como os dois crimes têm uma face de contato, têm uma similitude.

Nós estivemos na Região Norte, fizemos oitivas com agentes de turismo usando o que existe na moda hoje, o ecoturismo para visitar o Rio Amazonas, o nosso bioma maravilhoso lá na Floresta. Na verdade, eles praticavam o sexo turismo de uma forma que nos deixa indignados, toda e qual seja a forma, mas a forma, digamos, o toque de maldade, de perversidade, esse era diferente. Era com requinte de desrespeito ao que de mais nobre existe na nossa cultura, que eles usavam as comunidades ribeirinhas e usam os acampamentos dos índios, dos indígenas e abusavam das pequenas índias — uma maldade sem precedentes. Então, é impressionante ver como existe essa interface entre os dois crimes: o tráfico e o abuso sexual da criança e do adolescente.

Eu, Padre Murilo, ouvindo os relatos que ouvi, porque já estamos na fase final, na reta final da CPI, dia 30, estaremos entregando, se Deus quiser, o nosso relatório, ouvi, nos interrogatórios, as histórias escabrosas, os sofrimentos relatados pelas vítimas, a frieza dos que operam essa grande rede internacional de tráfico e acompanhando...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO DAVIM - Prisões. Só aqui em Natal, no tribunal, nove processos. Inclusive nós encaminhamos uma solicitação pedindo celeridade aos



processos aqui no Tribunal de Justiça. Aqui em Natal, a Polícia Federal realizou três operações: Operação Ferrari, Operação Luz e Operação Corona. Em vários Estados do Brasil. Inclusive a Governadora se comprometeu aqui, segunda-feira passada, em criar o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas aqui no Estado do Rio Grande do Norte. Ouvindo esses relatos e conversando com as vítimas, eu sei que não é muito cristão o que eu vou dizer, padre, e o senhor me perdoe, mas a sensação que a gente tem é a de que a humanidade é muito ruim, a humanidade é inviável. Eu peço até perdão, que não é muito cristão o que eu estou dizendo, mas é verdade, tamanho são os absurdos, a crueldade que a gente ouve, porque traficar crianças é um negócio absurdo, porque a criança só suscita carinho, atenção, zelo, proteção. É inadmissível existir alguém que sequestre uma criança com o objetivo de comercialização de órgãos. É uma coisa animalesca. Animalesca! Então, por isso tudo é que em momentos suscitou em mim esse pensamento, Padre Murilo. Da mesma forma, o abuso sexual contra criança e adolescente eu coloco no mesmo patamar.

Então, com tudo isso, eu chego à conclusão de que não adianta só a indignação. A gente tem que sair da indignação, tem que sair da decepção — como relatei há pouco a minha decepção pessoal — e partir para algo concreto, algo pragmático, algo real. Sair só da força das palavras — se bem que as palavras têm muita força, e eu não posso negar a força delas. Tudo começa pela palavra. Mas a gente precisa agir de uma forma contundente sobre esses dois crimes.

E quando eu vejo, padre — e ouvi atentamente —, esse documento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente... Aliás, eu quero parabenizar. Muito bem feito, conciso e colocando o dedo na ferida. Aqui está o caminho. Aqui está o caminho. Não precisamos inventar a roda. Agora, não adianta, se não houver a efetiva participação do Estado. O Estado precisa agir, colocar o seu braço forte, para resolver esses problemas, fazer esse enfrentamento.

É inadmissível o que nós ouvimos aqui do Delegado Correia. Em 177 Municípios, apenas uma delegacia da criança e do adolescente? Isso é anedótico. Ninguém consegue enfrentar um crime como esse — porque já é difícil naturalmente o seu enfrentamento pela característica dele. Agora, sem estrutura fica impossível, não dá sequer para sonhar. E uma delegacia apenas não dá.



Nós precisamos cobrar o *minimum minimorum* das condições para esse enfrentamento. Recursos no orçamento tem que ter. Nós precisamos tirar Natal, porque, infelizmente, Natal está eivada de medalhas que nós não gostaríamos de tê-las. Natal faz parte da rota do tráfico de pessoas. Natal é a terceira Capital do País no crime de violência sexual contra criança e adolescente. Natal é conhecida fora do Brasil como uma das opções para o inescrupuloso sexo turismo.

Precisamos dar um basta nisso! Não é essa a cidade que eu quero para os meus filhos. Não é esse Estado que eu quero para os meus netos. Não é essa sociedade que eu quero deixar como legado para as gerações futuras. E eu não quero pagar pela omissão, porque o pior dos pecados é a omissão.

E aí eu louvo esta reunião e a Presidência da CPI nesta tarde/noite na Assembleia, que já veio 2, 3 anos atrás. Não importa, isso demonstra que continuamos indignados, continuamos na luta. Se não conseguirmos auferir os resultados sonhados, mas que se registre a nossa indignação, a nossa perseverança e persistência. E não vamos parar, porque sobre nós repousa uma responsabilidade muito maior. É a responsabilidade de defender quem não consegue se defender desse crime, que são as crianças e os adolescentes, são os vulneráveis.

Portanto, minha fala é para saudar a CPI e todos que estão aqui e comungam dessa força-tarefa, dessa vontade de enfrentar esse crime e fazer coro com as vozes que solicitam do Governo a sua presença efetiva, a sua presença prática, concreta, material, real, para que possamos enfrentar esse crime absurdo que nós sabemos que existe, mesmo que seja silencioso e invisível, mas sabemos que existe pelas chagas e pelo sofrimento que ele causa a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Nós queremos, rapidamente, convidar agora a Vereadora Júlia Arruda, que é Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente aqui na Câmara Municipal de Natal, ao tempo em que mais uma vez agradecemos a presença ao Senador Paulo Davim, bem como a importante colaboração que dá ao fazer essa reflexão, Paulo, com tanta lucidez e com tanta veemência sobre essa chaga social que é realmente a questão da exploração sexual das nossas crianças e adolescentes. Sua fala, sem



dúvida nenhuma, traz para todos nós o sentido de uma reflexão — não é, Padre Murilo? — de muita profundidade.

E, agora, a Vereadora Júlia Arruda, que também tem tido um papel muito atuante, Deputada Liliam Sá, Relatora da CPI, no que diz respeito à temática da proteção e da promoção da criança e do adolescente em um outro ambiente muito importante, que é o Legislativo municipal, a Câmara municipal da nossa cidade.

Com a palavra a Vereadora Júlia Arruda.

A SRA. JÚLIA ARRUDA - Boa tarde a todos e a todas. Eu queria cumprimentar a Deputada Fátima Bezerra; as Deputadas Liliam Sá e Erika; cumprimento também o Senador Paulo Davim e todos da Mesa.

Eu queria fazer apenas uma breve saudação. Estou agora indo dar uma entrevista na rádio, ao vivo, por isso que eu pedi para que fosse antes. Até peço licença à Sayonara e aos demais que não se pronunciaram ainda. Mas eu queria deixar aqui só uma participação da Frente Parlamentar, esse fórum permanente aqui na Capital, em Natal, que mensalmente se reúne trazendo temas importantes, Senador Paulo Davim, que é na garantia dos direitos das nossas crianças e nossos adolescentes.

Eu queria inicialmente parabenizar a nossa bancada federal, em nome da Deputada Fátima, da Deputada Sandra, do Senador Paulo Davim, que, em menos de uma semana, provocaram nosso Estado, nossa cidade, com temas importantes, trazendo a CPI do Tráfico de Pessoas e a CPI da Exploração Sexual. Natal não pode ficar de fora desse discurso, desse debate, tendo em vista também a Copa do Mundo. Mas tendo em vista também, antes mesmo de a Copa do Mundo chegar, esses índices aí que tanto nos frustram e tanto nos preocupam, que são o ato de denunciar.

E esse ato de denunciar pode ter duas vertentes. É bom porque existe a consciência, existe o esclarecimento das pessoas em procurar ajuda, procurar um meio, procurar uma intermediação, mas também nos preocupa — eu comungo aqui com o Delegado Correia Júnior — como será esse andamento, esse desdobramento das denúncias que chegam. E esbarram sempre na falta de recursos. Nós, que fazemos o Legislativo, eu, que faço o Legislativo municipal, sou Vereadora e há 2 anos estou à frente dessa Frente muito bem conduzida pelo então Vereador e hoje



Deputado Hermano Morais, e temos um papel importante, muitas vezes nos sentimos impotentes. Provocamos debates, provocamos audiências públicas, tentamos emendar o Orçamento, mas esbarramos nas questões políticas.

Recentemente, no Orçamento do ano passado, tentamos dotar os Conselhos Tutelares de Natal de recursos para que possam dar o desdobramento devido. Infelizmente, houve consenso, houve entendimento, essa emenda foi aprovada e logo chegou o veto da Prefeita Micarla. Então, isso nos preocupa até por não ter essa questão da prioridade absoluta de que também falou o promotor.

Eu acredito que sem orçamento não avançamos. Sem orçamento, sem garantia de recursos, não saímos do discurso. Não é, Gilson?

Eu parablenizo também por todo o empenho e organização as ONGs, a sociedade civil, que têm um trabalho brilhante, um trabalho comprometido, mas que a grande dificuldade é exatamente essa articulação da rede. É um desafio constante, Senador, Deputadas, essa articulação da rede. E Frentes Parlamentares, CPIs, fóruns permanentes servem para que pelo menos haja essa integração da tão chamada rede.

Há um desafio também na Câmara que é exatamente colocar em prática uma lei do então Vereador e hoje Deputado Hermano Morais que institui o OCA, Orçamento Criança e Adolescente. Sabemos que a política da criança e adolescente é uma política transversal. Temos orçamento da criança e adolescente na educação, na saúde, no esporte, no lazer, mas precisamos mensurar. Hoje, se perguntarem quanto o Município de Natal dota de políticas públicas para crianças e adolescentes, não temos como mensurar, Deputadas.

Esse orçamento, esse projeto, essa lei aprovada no Município de Natal que institui o Orçamento Criança e Adolescente já é uma realidade, já é uma lei, mas, infelizmente, precisa sair do papel.

Precisamos, Sayonara, mensurar quanto tem destinado para as nossas crianças e nossos adolescentes. Só assim teremos uma projeção, teremos dados mais concretos.

Só levando também a conhecimento de que, infelizmente, precisamos de estruturação sistemática. Precisamos ter a Secretaria competente pela política da criança e adolescente, que hoje está mais ligada à Secretaria de Assistência Social.



Precisamos ter um conselho municipal atuante, dotado também de orçamento para desenvolver a política, e precisamos também ter a reestruturação do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Inclusive, no último dia 31, foi pauta da nossa reunião da Frente a instrumentalização do Fundo Municipal. Em algumas capitais, em alguns Municípios, até eu já pude perceber e vi campanhas publicitárias educativas chamando a atenção da população, de empresas, para que possam destinar verbas da renúncia fiscal para o Fundo da Criança e do Adolescente. E aqui esse Fundo ainda precisa ser reestruturado para poder criar a credibilidade dessas empresas para poder dotar esse Fundo para desenvolver as políticas da criança e do adolescente.

Então, eu estou aqui como Vereadora, como representante da Câmara, como Presidente da Frente, comungando dos discursos, dos apelos, dos reclames e, acima de tudo, nos comprometendo com essa causa tão nobre.

Sabemos que muitas vezes, como o Senador falou muito bem, combater o sexo turismo... Natal não pode ser vista apenas como a cidade de sexo fácil. Natal não pode ser vista apenas como uma cidade que já venha com um olhar voltado para a exploração sexual. Precisamos nos organizar, assim como o crime organizado. Muitas vezes, o turista, no caso, chega até aqui, a Natal, já tem uma articulação com o taxista, que já tem uma articulação com os hoteleiros, que já vai para um bar, dando a cartela das promoções. Então, isso, precisamos combater. E um dos grandes parceiros que tem que estar aqui envolvido — eu senti até a falta hoje aqui nesta audiência — é o *trade* turístico. Tem que estar presente, tem que estar articulado, para que haja um combate efetivo, um enfrentamento efetivo na questão do sexo turismo.

Então, eu me coloco à disposição. Sou também Presidente da Comissão de Turismo da Câmara, sou Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e vamos somar esforços com os conselheiros tutelares, com os conselheiros de direitos, enfim, com toda a rede que tem um único propósito: garantir os direitos das crianças e adolescentes.

Muito obrigada.

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Queremos agradecer à Vereadora Júlia. Valeu, Elizabete, muito obrigada.

Queremos chamar imediatamente agora o Sr. Aliathar Gibson, que é o substituto do Superintendente do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Norte, Polícia Rodoviária Federal em todo o Brasil e aqui no nosso Estado, que exerce um papel literalmente — não é, Fernando, Presidente do Sindicato aqui presente — muito vigilante nessa luta. Ao tempo em que agradecemos a presença aqui à Vereadora Júlia, que, como disse, traz aqui uma participação muito especial, na medida em que ela lidera a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente no âmbito do Município de Natal.

Então, ela falou aqui com muita propriedade — não é, Murilo? — exatamente sobre a situação daqui, da realidade de Natal.

Também quero também cumprimentar a Verônica, que falou aqui anteriormente pela Secretaria de Ação Social.

Imediatamente com a palavra, o Sr. Aliathar — o nome é assim, Aliathar?

O SR. ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA - Exatamente, Aliathar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Pois é. Que vai falar aqui e agora em nome do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do nosso Estado. E quero pedir aos demais, porque nós já estamos pertinho de terminar.

Com a palavra o Sr. Aliathar.

O SR. ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA - De antemão, eu queria agradecer o convite externado pela Comissão, pela CPI, nas pessoas das Deputadas Erika e Liliam, bem como a satisfação de termos aqui a nossa Deputada propondo tema tão importante a ser discutido aqui no nosso Estado, principalmente aqui na presença de todos vocês que representam não tão somente as entidades que fazem parte desse enfrentamento, bem como as pessoas da comunidade, bem como os telespectadores que estão nos assistindo aqui.

É muito bom quando a gente vem para cá numa situação como esta: ser sempre elogiado, muitas pessoas falaram bem do que tem sido feito pela nossa instituição. Mas, assim, vamos levar em consideração tudo o que a gente vem fazendo até chegarmos aqui, a esses elogios, e levar em consideração o que temos muito a fazer ainda.



Então, a Polícia Rodoviária Federal trabalha desde 2002 aqui no nosso Estado com essa problemática da exploração sexual. Desde 2002, a Polícia Rodoviária Federal tem trabalhos específicos sendo feitos com o intuito de impedir ou pelo menos de minimizar o caos gerado, o caos social gerado por esse tipo de crime. De antemão, a gente vem evoluindo, conseqüentemente, com as práticas da nossa fiscalização e do combate a esse tipo de crime.

Então, em 2006 a gente começou um trabalho chamado Operação Mapear, que hoje em dia... Eu tenho até a oportunidade agora inclusive de desmistificar o que a gente vem vendo na imprensa quando sai toda vida, todo ano sai aí o nosso relatório. Na verdade, essa operação quer dizer o quê? Um trabalho preventivo que a gente tem nas rodovias federais, no qual a gente faz um levantamento minucioso de todos os pontos que têm acesso da comunidade e, conseqüentemente, um ponto vulnerável para que exista uma exploração sexual infantojuvenil.

Então, são postos de gasolina, são motéis, são hotéis, são bares, são locais de aglomeração de pessoas, nos quais pode ter o trânsito de crianças e adolescentes e, conseqüentemente, ter o aliciamento desses menores. Então, a gente faz como uma rede de proteção realmente, na qual a gente orienta aquelas pessoas que estão frequentando aqueles pontos ou que são os proprietários desses pontos. Inclusive nos primeiros momentos, em 2006, 2007 e 2008, a gente fez juntamente com o Ministério Público um trabalho de notificação dos proprietários, onde a gente chamava para trabalhar juntos nesse trabalho preventivo. Então, a gente chegava lá com a notificação, a ronda ia lá, ostensiva, os policiais chegavam lá com a notificação. Fiz várias vezes esse trabalho. Chegava para o proprietário: *“Aqui, o senhor é proprietário desse estabelecimento, aqui está à margem da rodovia, você vende bebida alcóolica, você pode ter, na presença, no seu estabelecimento, algum tipo de prática de exploração sexual. Conseqüentemente, a gente está chamando o senhor para, juntos, unirmos força para trabalhar a prevenção desse tipo de crime.”*

Então, aí ele já afixava no seu estabelecimento que a venda de bebida alcóolica para menores era proibida, que a exploração infantojuvenil era crime. Conseqüentemente, mudávamos a perspectiva da abrangência do nosso trabalho, não só como fiscais da lei, mas também com a parceria da comunidade. As pessoas



que frequentavam aquele estabelecimento iam ver aquele cartaz e, principalmente, o proprietário.

Então, a Operação Mapear justamente serve para isso. Diante desses pontos, a gente faz, durante o nosso trabalho corriqueiro, o nosso trabalho de rotina, durante a fiscalização normal, a presença ostensiva das nossas rondas nesses pontos. De acordo com esse trabalho, a gente vem tendo esse êxito, no caso específico desse levantamento que foi feito: mais de 3 mil crianças que foram...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Aliathar, e essa operação é constante?

O SR. ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA - É constante. Todo ano é feita. Tem um cronograma que ela segue anualmente. E por volta de maio, que é justamente o período no qual a gente comemora e trabalha com mais afinco, no mês de maio esse trabalho de proteção realmente, onde a gente faz rondas específicas junto ao Conselho Tutelar, que é o trabalho que a gente vai fazer mais um pouco à frente. E é onde a gente intensifica e ao mesmo tempo a gente lança a perspectiva de que realmente a gente está vigilante e que tem esses pontos que foram mapeados e que estão sendo fiscalizados pela Polícia Rodoviária Federal. Isso aí é feito em maio. Todo mês de maio a gente divulga esse mapeamento, que é feito durante todos os anos, desde 2006.

Uma coisa interessante que foi falada aqui é que as outras instituições têm tido muita preocupação, e a gente vê muito isso. Em alguns lugares, a gente, de forma pioneira... E, por esse trabalho vir desde 2002, então a gente está com uma década de trabalho voltado especificamente para a prostituição infantil. Então, a gente vê muita dificuldade dos outros órgãos, do Conselho Tutelar.

Eu me lembro de que, em 2006, a gente estava com um efetivo... O nosso próprio efetivo teve uma baixa muito grande. A gente até pediria o favor de as Deputadas também olharem pela nossa instituição, que teve um declive muito grande no que diz respeito ao nosso efetivo. Então, a gente vem vendo a rede sendo sucateada. A gente viu aqui exemplos de situações nas quais a gente vê a diminuição do orçamento, a diminuição efetiva dos fiscais que trabalham. E a gente está diante de um trabalho que é realmente empolgante. A gente vê como o promotor aí: ele realmente buscando a fôrma, a forma e a vontade, realmente, de ter



condições de trabalho, de ver a possibilidade de uma Delegacia de Proteção à Criança trabalhando de forma eficiente, de ter mais promotores trabalhando, de ter uma rede, realmente, funcionante.

Então, esse trabalho que é feito, muito de formiguinha, ou seja, aquele conselheiro tutelar que tem um incentivo maior, mas aquele agente de proteção, que está lá vinculado à Vara da Infância e da Juventude, que é voluntário, é um comerciante, é uma pessoa do povo, que está lá vendo, que bota aquele colete preto, que bota aquela insígnia, entra numa festa e vê esses jovens em situação de risco e tem aquele prazer de encaminhar essas crianças, de ter acesso aos pais, de ter acesso à comunidade, de ter acesso à imprensa para falar, que foi o que a gente viu aqui no último dia 18, quando a gente fez algumas rondas lá na cidade de Mossoró. E a gente viu, durante a madrugada, realmente, a efetiva motivação das pessoas, realmente, de ver esse crime ser banido da nossa sociedade.

Então, quero deixar claro aí que tem muita dificuldade para que as pessoas realmente trabalhem e consigam realmente o êxito e ressaltar aqui que estamos abertos a continuarmos as operações integradas junto ao Ministério Público Estadual, onde fizemos, por exemplo, em 2010, uma operação chamada Arcanjo, na qual a gente desbaratou uma quadrilha que estava trabalhando aliciando menores na região oeste do Estado. Inclusive, um representante deles estava em Brasília, fazendo os contatos, para trazer essas meninas de fora. E aí a gente vê que, realmente, tem que ter um trabalho de inteligência. A gente, com o efetivo que a gente tem, pequeno, mas, assim, um pessoal muito dedicado, trabalhamos junto com o pessoal do Ministério Público estadual e conseguimos o êxito, nessa operação e em outras, também, a que a gente vem dando prosseguimento.

E, por fim, a gente queria dar algumas sugestões: que realmente seja vista a questão da legislação, que realmente tenha uma mudança na legislação, que esses crimes realmente sejam, de forma mais veemente, combatidos, e que também deem condições para que esses órgãos parceiros tenham um efetivo trabalho, eles consigam realmente ter o seu ciclo fechado. E também tenham a condição de serem cobrados.

A gente sabe que há alguns Conselhos Tutelares que estão formados, mas não têm uma atuação. E a gente quer realmente que, de acordo com essa rede que



possa ser formada pelo Estado, com a responsabilidade do Estado, ela tenha condição de cobrar também, de fazer com que essa rede trabalhe e eficientemente tenha a sua resolução fechando todo o ciclo. Então, a Polícia Rodoviária Federal, baseada num aspecto até pessoal... Eu vejo assim, a gente tem tentado fazer o dever de casa, mas, assim, às vezes a gente está numa instituição pública, por exemplo, numa escola pública, faz o dever de casa, mas não é suficiente ainda.

A gente tem que estudar um pouquinho mais, a gente tem que fazer mais um pouquinho, além do que a gente acha que é o dever de casa. Então, para esse crime, a gente tem que fazer sempre mais. E é muito satisfatório a gente chegar de manhã, depois de uma ronda noturna dessa que a gente faz, com muita motivação, junto com pessoas voluntárias, chegar de manhã e ver que conseguimos encaminhar 20 adolescentes, que conseguimos prender alguma pessoa que esteja envolvida com esse crime. Então, isso é muito motivante, e toda vida que a gente faz a gente faz com amor. A Polícia Rodoviária Federal, ela faz com amor esse tipo de trabalho, e é por isso que eu acho que está dando certo, mas a gente está fazendo muito pouco ainda do que a gente pode fazer. Então, a gente requer o apoio de vocês para ter um efetivo maior, para ter mais condições, para conseguirmos, realmente, dar um efetivo trabalho, a mais do que o que a gente acha que tem feito. Está certo?

Então, essas são nossas palavras. Estamos à disposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - O.k. Bom, nós queremos agradecer aqui ao Aliathar e dizer, Aliathar, que tanto eu quanto a Deputada Sandra, a Deputada Erika, a Deputada Liliam, sabedoras que somos do papel estratégico que a Polícia Rodoviária desempenha no contexto da defesa das nossas vidas, da segurança pública, todas essas quatro Deputadas aqui são membros da Frente Parlamentar em Defesa da gloriosa Polícia Rodoviária Federal, lá na Câmara dos Deputados.

O SR. ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA - Que bom! Que bom! É bom saber disso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - É, e é uma Frente Parlamentar forte, é uma Frente Parlamentar forte. Ainda esta semana houve um café da manhã... Olhe o Fernando ali balançando a cabeça, porque fica o tempo



todo cobrando. Mas o fato é que, enfim, nós sabemos da importância que vocês desempenham no contexto, isso mesmo, da defesa da vida, inclusive na defesa da vida, né, Sandra, das nossas crianças e adolescentes.

Essa ação que vocês desenvolvem, no que diz respeito às rodovias por este País afora, é uma ação simples, porém de muita eficácia, mas muita eficácia mesmo. Por isso que nós defendemos melhorar cada vez mais o padrão salarial de vocês. Não só isso. A gente tem defendido mais concurso, para que tenhamos mais profissionais concursados, contratados, para a gente espalhar por este Brasil afora, porque vocês exercem um papel de defesa da vida e, portanto, um papel de agente da cidadania muito importante.

E a gente quer aqui, mais uma vez, ressaltar e saudá-los por esse papel que a Polícia Rodoviária tem desempenhado em todo o País, sendo importantes colaboradores nessa luta pelo combate e pelo fim da exploração sexual infantojuvenil em todo o País.

E deixe-me fazer aqui uma divulgação. Eu destinei, viu, Sandra, uma emenda agora para, inclusive, a infraestrutura das delegacias aqui no...

O SR. ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA - De antemão, quero de público agradecer, em nome do Superintendente Regional, essa verba, que vai ser muito bem utilizada em nossa estrutura de postos, para um atendimento melhor ao cidadão. A gente agradece.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Pronto. E você está falando aqui com a Coordenadora da Bancada Federal. No ano que vem, a gente vai botar mais, né, Sandra? *(Risos.)*

O SR. ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA - Se Deus quiser. Estamos precisando.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Ao final, vocês tinham um volume maior.

O SR. ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA - Com certeza. Mossoró está precisando. O nosso posto lá está sendo reformado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Vamos fazer isso. No final do ano, vamos articular.



A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - De novembro para dezembro, vamos lembrar.

O SR. ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA - Está certo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Bom, Deputada Erika, vou passar os trabalhos para você novamente. Antes, queria só dar uma organizada aqui. Para a gente concluir os nossos trabalhos, nós temos agora... Aqui da Mesa, só falta falar a Sayonara, não é isso, que é a Coordenadora Político-Pedagógica da Casa Renascer, bem como a Marinalva.

Então, Sayonara, Marinalva e Leonardo. Bom, mas eu ainda indagaria, porque dois companheiros dos Conselhos Tutelares pediram a palavra, e eu quero saber se eles querem falar ainda. A Isabel Cristina encontra-se? Pronto, Cristina, que é Conselheira Tutelar da Região Leste de Natal. E, depois, Thaysa Oliveira, que é Conselheira Tutelar da Região Sul de Natal. Vamos colocar os dois representantes da sociedade civil bem rápido. Pega aqui o nome do companheiro, por favor, companheiro.

A SRA. ISABEL CRISTINA TORRES DE LIMA - Eu gostaria de passar a palavra para o Alcio, porque ele representa os Conselheiros Tutelares aqui no Rio Grande do Norte. Eu acho interessante que ele fale aqui ao público. Mas já agradeço pela oportunidade aqui que nos é oferecida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Companheiro...

O SR. ALCIO HENRY CHAVES DA COSTA - Alcio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Alcio, você diga o seu nome completo, viu, porque esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ALCIO HENRY CHAVES DA COSTA - O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) - Bom, vou passar aqui os trabalhos para a Deputada Erika.

O SR. ALCIO HENRY CHAVES DA COSTA - Bem, eu vou ser breve. Posso falar?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pode.

O SR. ALCIO HENRY CHAVES DA COSTA - Bem, eu vou ser breve. O meu nome é Alcio Henry Chaves da Costa, sou Conselheiro Tutelar da Região Administrativa Leste de Natal e também sou membro do Fórum Permanente dos



Conselhos Tutelares do Rio Grande do Norte, como também da Associação dos Conselheiros e ex-Conselheiros do Rio Grande do Norte.

O primeiro entrave que nós vimos aqui, nesta audiência pública aqui, é que não foi chamado nenhum membro do Conselho Tutelar para representar a Mesa. O Conselho é um órgão distinto dos Conselhos dos Direitos, tanto do Estadual, tanto quanto do Municipal. Então, era interessante que tivesse sido chamado também à Mesa um representante dos Conselhos Tutelares, que nós somos, como se fala muito na rede, porta de entrada. Então, era interessante ter colocado um representante para falar, até porque o nosso papel é o de representar a sociedade no zelo do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente — art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, a gente tem que respeitar isso aí.

Quando se fala em violência sexual contra a criança e o adolescente, a gente tem que colocar as duas vertentes: a exploração e o abuso sexual. A exploração se distingue do abuso, são duas coisas distintas. E geralmente a gente fala só na exploração, mas há o abuso também.

Existem os três eixos, os eixos da promoção, da defesa e do controle. Muito embora o Conselho Tutelar não faça parte do eixo da promoção — a gente está mais dentro da defesa, juntamente com o Ministério Público —, os Conselhos Tutelares de Natal, cansados de tantas audiências públicas e nada de ação, nós fizemos, no dia 11, no dia 18 e no dia 20 do mês de maio, ações alusivas ao dia 18 de maio, que foi o caso de Araceli, a criança de 8 anos de idade que foi sequestrada, drogada, abusada, violentada sexualmente e morta e queimada.

Então, nós fizemos três ações no dia 11, no dia 18 e no dia 20. No dia 11, a gente deu o pontapé inicial. Houve panfletagem nos carros da polícia, nos viaturas da Polícia Militar de Natal, e colocamos adesivo lá do Disque-Denúncia, o Disque 100. E houve uma parceria com a Polícia Militar muito positiva. Isso a gente tem que ressaltar, tem que colocar aqui e dar ênfase. Como também no dia 18 fizemos, que é o dia próprio — virou lei. E no dia 20, nós fomos à praia, ao litoral, tanto ao litoral sul, como ao litoral leste, como ao litoral norte da Capital. Fizemos panfletagem e adesivagem em carros e viaturas privadas, incentivando as pessoas a denunciarem, a denunciarem o abuso, a exploração, a violência sexual. Então, isso foi uma iniciativa dos Conselhos Tutelares da Capital.



Gostaria aqui de agradecer à Deputada Fátima Bezerra por ter beneficiado 70 Conselhos do Rio Grande do Norte. Nós temos... Em verdade, são 167 Municípios.

O SR. ANTONIO MURILO DE PAIVA - Aumentou para 80.

O SR. ALCIO HENRY CHAVES DA COSTA - Aumentou? Ótimo! Melhor ainda! Então, vou até arredondar aqui. Que bom! Então, nós temos 167 Municípios, nos quais nós temos 171 Conselhos Tutelares, no Rio Grande do Norte. E 80 Municípios — agora o Padre está passando aí — foram contemplados com a emenda parlamentar da Deputada Fátima Bezerra, que destinou recursos para os Conselhos Tutelares do Rio Grande do Norte, que são beneficiados com um *kit*: um carro zero quilômetro, um computador e uma mesa para o computador. Então, isso é honroso, e a gente tem que ressaltar, tem que falar sempre para que as pessoas saibam do papel importante que a Deputada está tendo. Então, isto aqui eu estou trazendo aqui a todos vocês. E estamos aí abertos à discussão, ao combate, ao enfrentamento da exploração e abuso sexual.

Gostaríamos muito de fazer um evento em Natal. A gente está encontrando muita dificuldade. Esse evento seria o I Encontro das Cidades-Sede da Copa de 2014 no Enfrentamento à Violência Sexual, ao Trabalho Infantil e à Drogadição, sendo que, infelizmente, não estamos encontrando o apoio logístico necessário para poder concretizar esse evento. A âncora do evento seria um dos Relatores do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é o Prof. Edson Sêda. E tudo isso tem um custo com hospedagem, com alimentação e até com honorários. Então, seria muito interessante. Quem tem que fazer isso, na verdade, é quem está no eixo da promoção, que são os Direitos Estadual e Municipal da Criança e do Adolescente, mas iremos nos sentar ainda com o Padre para a gente poder ver a viabilidade de tal evento aqui na Capital.

Então, é só isso que eu tinha a falar, agradecendo às Deputadas. Existe uma PL que vai alterar 4 artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente e seria muito interessante que essa PL fosse aprovada, até porque, se a unificação da eleição... A gente está acompanhando... A PL é 13, porque era a PLS 278, do Senado, e quando ela chegou na Câmara, ela foi alterada na numeração. Eu não tenho o momento aqui não. Então, seria...

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Ah, é a que está...



O SR. ALCIO HENRY CHAVES DA COSTA - É, exatamente, perfeito. Então, para que não haja nenhuma alteração e que realmente a unificação passe a ser para 2015, como é a proposta inicial. Porque havendo a unificação em 2013, vai ficar difícil capacitar os conselheiros tutelares novatos que vão entrar para a Copa de 2014. Então, era bem interessante que deixasse do jeito que está.

Muito obrigado. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Boa tarde. *(Palmas.)*

Vou passar a palavra para Sayonara. Depois...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Você vai falar também. Não, vocês vão falar. É porque nós precisamos concluir as pessoas que estão à Mesa, e aí depois vocês vão falar. Eu vou passar a palavra para Sayonara, em seguida para Marinalva, para o Leonardo e para as duas conselheiras. E aí nós fechamos. Está certo?

Sayonara, você tem um prazo de até 10 minutos.

A SRA. SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS - Ah, tá! Já estava esperando uma diminuição no tempo. *(Risos.)*

Bem, boa tarde a todos e todas. Já parabenizei pela manhã e aí eu agradeço neste momento da tarde a iniciativa da Deputada Fátima Bezerra em trazer a CPI aqui para Natal, diante desse cenário que já foi apresentado, dessa fotografia do Estado do Rio Grande do Norte, onde apresenta um desmonte da política pública, especificamente da política social, uma grande preocupação em relação às instâncias de defesa e responsabilização, inclusive de controle social.

Eu acho que nós somos agraciados ao receber esta CPI aqui para realmente estar pautando, estar discutindo essa questão, que é extremamente preocupante. Em relação à visibilidade que cada vez mais esse tema tem ganhado, a questão da violência sexual, e especificamente aqui falando da exploração sexual, já que esta CPI é específica da exploração sexual de crianças e adolescentes, nós compreendemos que houve uma grande visibilidade a partir do Plano Nacional e das campanhas do 18 de maio, que inclusive aqui, no Estado do Rio Grande do Norte, as campanhas do 18 de maio já fazem parte da agenda política de todos os Municípios.



E eu acho, eu compreendo esse como um grande avanço, inclusive é o que tem possibilitado essa sensibilização da sociedade e esse aumento nos registros em relação a denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. Mas, infelizmente, os avanços, quando se referem a mudança na condição de vida dessas crianças e adolescentes que têm vivenciado essa situação de violência sexual, nós ainda estamos muito distantes. E aí é extremamente preocupante quando a gente vem a uma CPI e a gente tem ouvido vários discursos, em várias falas, apenas uma forte entonação em relação à dificuldade da política.

Ora, a gente está falando em política social, gente. A gente não está falando em bem-estar, a gente não está falando aqui em favor. A gente está falando em política social, que é a partir daí onde a gente consegue, sim, garantir melhorias de vida da população. Então, isso me deixa extremamente preocupada com a situação que a gente tem lidado em relação à política social e especificamente à política para criança e adolescente.

Quando a gente fala da exploração sexual, a gente não pode perder de vista as questões estruturantes. A gente não pode perder de vista uma sociedade permeada pelas desigualdades sociais, econômicas, culturais, desigualdades de gênero, e que inclusive uma sociedade que é pautada pelo consumo.

Então, a partir de um grupo focal que o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente realizou, com adolescentes em situação de exploração sexual, tiveram alguns dados, Deputada, que nos chamaram muito a atenção. Então, assim, o grande percentual daquelas adolescentes — aí, o grupo era todo composto por adolescentes do sexo feminino numa situação socioeconômica muito precarizada. Inclusive, o que foi, quando a gente discute o que as levaram àquela condição de exploração sexual, o consumo estava muito forte. E aí, o consumo em vários aspectos, em várias dimensões, tanto numa questão da sobrevivência, na questão de ajudar no sustento de suas famílias, como também no acesso, gente, — pasmem! — ao lazer.

Então, isso significa uma grande lacuna no Estado, que nós temos aqui no Estado, em relação a políticas públicas de lazer, a políticas públicas de cultura para essas crianças, para os adolescentes e para os jovens. Então, ou você paga para ir a festas, para ir a clubes, para ir a *shows*, ou senão você fica de fora de todo e



qualquer espaço de lazer, espaço cultural. E isso é muito preocupante quando a gente fala na exploração sexual de crianças e adolescentes e, anterior a isso, quando a gente fala na garantia de direitos de crianças e adolescentes.

E, diante dessa situação social de tamanhas desigualdades, o que é que sobra? A perversidade do mercado do sexo como uma opção ao acesso. Então, é fundamental que a gente venha, que a gente discuta esse enfrentamento à exploração sexual nas suas questões estruturantes, porque só assim a gente, de fato, vai estar garantindo ações no enfrentamento que sejam também estruturantes, e que, de fato, a gente possa romper com essa condição.

Quando a gente fala em relação, eu acho que, assim, à responsabilização, à fiscalização, ela é necessária e é uma das dimensões...Eu acho que já foi muito trabalhado aqui, não faz sentido eu estar repetindo.

Agora, há uma outra dimensão que é a atenção a essas crianças, adolescentes e suas famílias. E essa atenção se dá a partir das políticas sociais. E qual é a prioridade absoluta que o nosso Estado do Rio Grande do Norte tem dado, com todos esses cortes, com todo esse cenário que já foi apresentado aqui? E eu trago um agravante, Deputada Erika: a situação no Município de Natal, com o processo de terceirização da política social, especificamente, das questões dos CREAS e dos CRAS. Então, assim, ora, como é que a gente está pensando o enfrentamento à exploração sexual, se cada vez mais há uma precarização em relação à política social? Então, essa é uma questão que eu acho que é importante estar registrando aqui, para que a gente possa estar pensando em ações efetivas continuadas que, de fato, venham romper com essa situação de vida de crianças e adolescentes que se encontram no Estado do Rio Grande do Norte.

E quando a gente fala em relação à Copa 2014, aos megaeventos e às grandes obras, como o Aeroporto de São Gonçalo, que nós teremos aqui, a preocupação não é só durante, mas é uma preocupação com o planejamento que é necessário, de prevenção, para que esses impactos não venham a ser tão negativos e se agrave ainda mais essa situação em que a gente está em relação à criança e ao adolescente.

E quando a gente fala na Copa, eu acho que desde que começou, desde que foi lançando quais seriam as cidades-sedes da Copa, que o Comitê Estadual de



Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, assim como, juntamente com o Fórum DCA, com o Conselho Estadual de Direitos, a gente vem pautando, a gente vem buscando discutir a importância de que sejam garantidas ações preventivas em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes nesse contexto de Copa do Mundo e de megaeventos — de megaeventos e de grandes obras, desculpa.

E aí a gente não pode perder de vista — e já foi colocado aqui — a importância do acompanhamento, do atendimento aos agressores. Nós temos situações de acompanhamento no CEDECA Casa Renascer de que o agressor, ele foi responsabilizado, foi denunciado, passou por um processo de responsabilização e aí, ao responder, passou a responder em liberdade. Ele voltou para onde? Para a casa da adolescente, da criança que ele abusou. E em que condições de mudança esse agressor volta para casa, se não é feito nenhum trabalho no sentido de uma reflexão, de uma mudança de prática, de postura em relação àquela violência perpetrada? Então, a gente não pode perder de vista a importância do atendimento, do acompanhamento aos agressores de violência sexual.

E só para finalizar, que seria o quarto ponto a destacar, a importância... e aí a gente já colocou isso, num primeiro momento ainda pela manhã — e eu acho que é importante a gente estar reforçando aqui —, a importância do programa Ouvir a Vida enquanto uma ação de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Que esse programa, enquanto hoje é uma iniciativa do SESI articulado ao SESC/SENAI — e está aqui o Gilson que mais à frente poderá falar melhor —, que ele venha a se constituir enquanto política pública, que é apenas a partir da geração de trabalho e renda, nessa perspectiva junto a tantas outras ações, que de fato a gente possa estar rompendo com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então, gostaria ainda de responder a uma indagação que o Deputado Fernando Mineiro deixou aqui em relação a uma articulação intersetorial para o enfrentamento. E aí eu coloco que existe o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual, que foi composto desde 2003, que vem nesse processo de articulação. É uma instância mista da sociedade civil, do setor privado e também do poder público articulado ao Comitê Nacional. E há hoje comitês em todos os Estados



do País, onde a gente vem fazendo, traçando e lutando por essas ações, por esse enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em relação ao orçamento público, não é falta, Deputada, de incidência política não, nem de pressão, nem de reivindicação. Estivemos já, ano a ano, nos 18 de maio e em outras datas, aqui nesta Casa, assim como na Câmara Municipal, junto às frentes parlamentares municipal e estadual, discutindo a situação das crianças e adolescentes do nosso Estado.

E ainda, no ano passado, a partir de uma audiência pública específica para discutir orçamento, nós fizemos uma articulação juntamente ao CONSEC, juntamente ao Fórum DCA e aí encaminhamos ao Governo do Estado uma proposta de orçamento público pensando em inserir no PPE, que inclusive tinha orçamento específico para a viabilidade do plano estadual. Isso foi por água abaixo a partir dos dados que já foram apresentados. Então, é esse o cenário preocupante do nosso Estado.

E aí eu finalizo com grandes expectativas a partir desta vinda da CPI, para que de fato a gente possa avançar nesse sentido.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Sayonara, Coordenadora Político-Pedagógica da Casa Renascer, que compõe também o Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Eu vou passar a palavra para a Marinalva, depois para o Leonardo, para a Thaysa e para o Arnor. Ou Gilson? Gilson Costa.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - E uma pequena reivindicação. Se puder diminuir o ar-condicionado aqui...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então é para o Gilson Costa. Vejam lá: Marinalva...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você fala em seguida. Vamos respeitar as pessoas que estão à mesa. Depois eu passo para você.

Então, Marinalva Cardoso, Leonardo, Thaíssa e Gilson. Thaíssa e Gilson com prazo... Certo?

Arnor?



A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Não é Gilson, não, é Arnor.

A SRA. PRESIDENTA (Depudada Erika Kokay) - Nós estamos falando de duas pessoas. Quem é Arnor?

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - É ele, é porque trocou.

A SRA. PRESIDENTA (Depudada Erika Kokay) - Você quer falar de Arnor. O Arnor quer falar. E o Gilson também quer falar. O Gilson é do ViraVida. Então, Gilson e Arnor.

Gilson, Arnor e Thaíssa têm prazo para falar de 3 minutos, e a Marinalva e o Leonardo, de 10 minutos, no máximo. A gente pede para que sejam concisos, em função da hora.

A SRA. MARINALVA CARDOSO - Eu vou ser breve, porque eu sou diabética e já estou sentindo os efeitos da falta do alimento.

A SRA. PRESIDENTA (Depudada Erika Kokay) - Então vou passar a palavra para a Marinalva Cardoso, que é Coordenadora do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho da Criança e de Proteção ao Adolescente Trabalhador, FOCA, Rio Grande do Norte. É um prazer tê-la aqui, Marinalva. Você dispõe de um prazo de 10 minutos, no máximo.

A SRA. MARINALVA CARDOSO - Boa noite, já. Eu saúdo a Deputada Fátima Bezerra, com muita veemência, não só por ela ter propiciado este espaço de defesa da criança. Ela já merecia o meu agradecimento pela luta — ela esteve na linha de frente, junto com a Deputada Maria do Rosário — pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo, que é uma luta antiga minha. Eu fui uma das primeiras coordenadoras de resgate de escravos, no Ministério do Trabalho. E quero fazer o mesmo agradecimento à Deputada Sandra Rosado, pelo reconhecimento do Fórum. Inclusive falamos dela numa reunião do Fórum aqui, da sua posição de não aceitar a diminuição da idade para o trabalho. Então somos muito agradecidas, e o Fórum Nacional também.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Se você me permite só um aparte, quero lhe dizer que eu sou autora também de um pedido de CPI que está com a Presidência da Câmara — se pudesse haver uma pressão para que ela fosse instalada —, para se investigarem no Brasil as várias formas de exploração do trabalho infantil.



A SRA. MARINALVA CARDOSO - Que maravilha!

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Estão querendo que eu repita, para que fique gravado.

Eu gostaria só de fazer um aparte para agradecer as suas colocações e também para dizer que eu queria ter esse apoio de todos vocês, principalmente do Rio Grande do Norte, para um pedido meu de CPI, já na Presidência da Câmara, para se investigarem as várias formas de exploração do trabalho infantil. Seria muito importante para todo esse trabalho que nós temos aí.

Muito obrigada e desculpe tê-la interrompido.

A SRA. MARINALVA CARDOSO - Foi uma boa notícia.

Bem, nosso Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil é o primeiro do País, é bom salientar, porque o Brasil assinou convênio com o Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil há 20 anos e há 19 anos o nosso Fórum funciona aqui no Estado, para dar cumprimento a esse convênio que o Brasil assinou.

Como auditora-fiscal do Trabalho, eu tenho a dizer o seguinte: hoje nós podemos agir na linha de frente no combate à exploração sexual comercial, porque a Organização Internacional do Trabalho aceitou que isso é trabalho e colocou como uma das piores formas em todo o mundo. Todos os países têm que ter a sua lista, mas isso consta, obrigatoriamente, em todos eles.

Então, através dessa Convenção que o Brasil ratificou... E o Brasil também está cumprindo o seu dever de casa, porque foi o primeiro país do mundo que fez essa lista das piores formas, através do Decreto nº 6.481, do Presidente Lula.

Foi muito interessante essa Convenção para a luta principalmente dessa questão da exploração sexual, porque, para essa faixa etária de até 18 anos, foi aumentado o conceito de periculosidade. Porque é proibido o trabalho perigoso para pessoas com menos de 18 anos. Então se restringia a inflamáveis, a explosivos, radiações ionizantes e eletricidade. Agora nós temos esse avanço, porque nós temos perigo moral, perigo psicológico e perigo social. Então a exploração sexual comercial está exatamente inserida nesse perigo moral.

Podemos, então, afastar do trabalho crianças e adolescentes, através de termos de afastamento, e também podemos autuar o usuário dos serviços sexuais. Eu estou falando da parte de responsabilização.



Estamos num momento agora, depois da caravana que tivemos aqui contra o trabalho infantil no Nordeste, em que vamos começar a fazer o diagnóstico do trabalho infantil no Rio Grande do Norte, para que a gente possa encaminhar o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. E, com certeza, a exploração sexual será enfocada nesse plano e nesse diagnóstico. Para isso já andamos até conversando aqui, para que a gente faça um mapeamento e até ações junto com a Polícia Rodoviária Federal, que é nossa parceira em outras ações, como o combate ao trabalho escravo também.

Finalmente, as pessoas ficam preocupadas com a Copa. Eu também fico muito. Mas aí eu pergunto: e as empresas, e os parques eólicos? É muita gente. Vão ser 30 parques implantados. É muito homem, gente, e com dinheiro, e dinheiro chama exploradores para esses focos. Então é bom nos preocuparmos também. E as vaquejadas? E o Carnatal? Tudo isso atrai esse tipo de exploração, e todo mundo sabe disso.

A outra coisa é o trabalho infantil doméstico. O trabalho infantil doméstico está na lista das piores formas. Ninguém pode ter empregada doméstica com menos de 18 anos. No entanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que se possa trazer do interior meninas para serviços domésticos. Nesses serviços muitas vezes está o serviço sexual, e todo mundo sabe disso.

Eu peço só uma reflexão para esses outros focos de exploração sexual de crianças e adolescentes, e quero dizer que o nosso Fórum está muito satisfeito, se é que um fórum pode ficar satisfeito, com o que está acontecendo aqui hoje, porque foi um momento de reflexão. Eu ouvi atentamente tudo ali, anotei. Sei que está sendo gravado, mas fiz questão de anotar alguns pontos-chaves que vocês colocaram aqui.

E quero agradecer a atenção. Vou dar espaço para outra pessoa falar.

Muito obrigada (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputada Erika, bem rapidinho. Quem é agora?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe eu chamar o Leonardo.

O Leonardo está aí? (*Pausa.*)



Leonardo Cavalcanti de Araújo Melo.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - O próximo, então.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se o Leonardo não está aqui, nós vamos então passar para as pessoas que vão falar por um prazo de 3 minutos. Eu passo para os Gilson Costa, do Projeto ViraVida, para o Arnor e para a Thaíssa.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - O.k. Enquanto o Gilson se aproxima, quero apenas, Deputada Erika e Deputada Liliam, destacar aqui o papel de Marinalva. Realmente é uma pessoa que tem se dedicado a essa luta em defesa da cidadania aqui no nosso Estado, com muita seriedade, com muito compromisso, essa luta, por exemplo, contra o trabalho escravo, a luta pela dignidade dos trabalhadores em geral, vendo inclusive o caso da criança e do adolescente, Erika. Ela tem visto tudo isso com um olhar muito carinhoso, com um olhar muito cuidadoso. Eu queria só ressaltar isso, até para homenageá-la e homenagear as demais entidades, Regina, e as pessoas aqui presentes, através dela e de Padre Murilo, que dispensa comentários.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Fátima.

Então passo a palavra para Gilson Costa, que é Coordenador do Projeto ViraVida aqui no Rio Grande do Norte. V.Sa. tem 3 minutos.

O SR. GILSON DE MEDEIROS COSTA - Boa noite a todos e a todas. Saúdo a Mesa na pessoa da Presidente Erika Kokay e da Deputada Fátima Bezerra, proponente desta CPI aqui no Rio Grande do Norte.

Coordeno o Projeto ViraVida aqui em Natal. Meu nome é Gilson Costa, sou assistente social. O Projeto ViraVida foi implantado em 2008 em quatro capitais-piloto — Natal, Fortaleza, Belém e Recife —, e hoje já estamos em 16 Estados. Nesses últimos 4 anos, conseguimos ressignificar a história de vida de muitas famílias, de muitos jovens e adolescentes.

A minha propositura é que o Projeto ViraVida se torne realmente uma política pública, os moldes do Projeto ViraVida, não o Projeto ViraVida em si, porque essa é uma ação do Sesi em parceria com o Sistema S e organizações que lidam com o enfrentamento. Que o poder público possa entendê-lo como uma expertise que pode se trabalhar também no setor público.



Em 1997, a UnB fez um levantamento, através da PESTRAF, e identificou mais de 950 Municípios com casos extremos de exploração sexual contra crianças e adolescentes. O Projeto ViraVida hoje alcança as capitais onde funciona o SESI. E nós sabemos que no interior e em outros locais onde o Projeto ViraVida não pode chegar estão acontecendo barbaridades.

A gente percebe que existe transformação na vida dos jovens. Os jovens são qualificados, os jovens são preparados, suas famílias são preparadas. Aqui em Natal, nós fazemos uma parceria com o poder público através da SEMTAS, utilizando os CRAS e CREAS, para atender as famílias, porque nós entendemos que sem esse trabalho com as famílias a gente não pode causar um grande impacto. Esse impacto passa pela família também. O jovem, ele passa por um processo de transformação, de formação profissional, depois ele é inserido no mercado de trabalho. E a gente tem parceria com o Ministério Público, com o Ministério do Trabalho e Emprego.

A nível nacional, poderia ser alocado um trabalho, uma política pública, Deputada Erika Kokay — eu faço até uma sugestão —, no Ministério do Desenvolvimento Social. Ele pode muito bem alocar um trabalho dessa envergadura, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, pensando já na empregabilidade desses jovens, desses adolescentes, através da aprendizagem.

Então há diversas saídas aí que dá para serem otimizadas com essa expertise que o Projeto ViraVida já implantou no Brasil, para que se torne realmente uma política pública. É essa a nossa proposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Gilson. Nós estamos de acordo com a proposição, e ela vai fazer parte inclusive das resoluções, ou das sugestões desta audiência pública.

Vou pedir ao Arnor que faça uso da palavra. Você tem 3 minutos.

O SR. JOSÉ ARNOR DA SILVA - Boa noite a todas e todos. Sra. Deputada Erika, Sra. Liliam, Presidente e Relatora, respectivamente, Deputada Sandra, Deputada Fátima, em nome das senhoras eu cumprimento as demais pessoas da Mesa e também todos aqui presentes.



Hoje de manhã eu estive com a Deputada Fátima e levei um fato para ela. Eu pensava simplesmente em chegar aqui e entregar para ela. Mas ela disse que eu teria que vir aqui explicar.

É uma situação que a gente pensa que acontece só distante da nossa convivência, que nunca acontece perto, e aconteceu com uma empregada da minha casa.

A sobrinha dela, no último dia 28 de abril, à noite, foi retirada de casa, levada de casa, e ficou até o dia seguinte, quando apareceu lá pelas 13h. Nesse período, foi violentada e procurou as autoridades locais em São José de Mipibu. Certo? E até agora a família reclama que não tem uma resposta do Estado. As pessoas estão investigando, aquela coisa toda, mas não aparece... Não há prisão, não há nada decretado, nem prisão temporária.

Eu estou trazendo o material que passaram para mim. Estou entregando aqui à CPI. E também o Ministério Público está aqui presente, o delegado também está — já saiu, eu acho. Porque isso é triste, e isso acontece todos os dias, todas as horas está acontecendo aí.

Eu não me identifiquei. Meu nome José Arnor da Silva, sou Diretor Jurídico do Sindicato dos Servidores da Polícia Federal e hoje estou aposentado da Polícia Federal.

A gente viu uma discussão aqui antes disso. O promotor trouxe aqui, o delegado também trouxe. Quero dizer que, recentemente, num artigo publicado, os ex-Secretários Nacionais de Segurança Pública Ricardo Balestreri e Luiz Eduardo falaram que apenas 8% dos homicídios no Brasil são esclarecidos. Isso é muito grave. Imaginem os crimes sexuais, de violência sexual. Dos crimes de homicídio, contra a vida, apenas 8% são elucidados, então acho que é o momento de a sociedade toda sair dessa brigazinha de dizer que, se “A” investiga, “B” não pode investigar. Devemos todos investigar: Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Polícia Civil — melhorar a Polícia Civil. Que todos participem do processo de investigação e desses crimes que estão ocorrendo no Brasil, principalmente nessa área de homicídio e violência sexual contra os adolescentes.

Muito obrigado e boa noite. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Arnor.



Vou passar a palavra para a Thaíssa. *(Pausa.)*

A Thaíssa está? *(Pausa.)*

A Thaíssa saiu. Vou passar, então, para a Verônica, que quer prestar um esclarecimento acerca da terceirização. Você tem 3 minutos, no máximo, e a gente passa em seguida para a Relatora, para que ela possa fazer as suas considerações e os seus questionamentos. Em seguida nós vamos para os encaminhamentos desta audiência pública.

Verônica, você tem 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - *(Ininteligível.)* ... não falamos o nome corretamente, porque é muito importante registrar a presença aqui de Neto, que é o Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais aqui no nosso Estado, Erika. Ele tem sido uma liderança sindical muito atuante, muito presente. Enfim, eu queria registrar, Neto, a sua presença. Naquela hora eu troquei seu nome pelo nome de seu irmão. *(Risos.)* Porque são parecidos demais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bem, eu queria registrar a presença, então, do Neto, que é Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais. É um prazer imenso tê-lo aqui e é um prazer imenso contar com a Polícia Rodoviária Federal na luta em defesa da vida.

Passo a palavra para a Verônica. Você tem no máximo 3 minutos, para que a gente possa passar para a Relatora e fazer os encaminhamentos necessários.

A SRA. VERÔNICA MARIA DA COSTA DANTAS - Primeiro eu gostaria de agradecer este momento para a minha explicação.

Enquanto representante da Prefeita de Natal e representante do Secretário Municipal de Trabalho e Assistência Social, eu não poderia deixar de fazer alguns esclarecimentos às Deputadas e a todos os presentes, principalmente à Sra. Sayonara, porque muito me estranha uma pessoa que tem uma abertura na Secretaria não checar as informações e de público vir, até de forma mais tranquila e mais segura, passar uma informação desta, tão grave, como a terceirização de CRAS e CREAS.

Nós estamos falando aqui de exploração sexual, e uma das unidades de atendimento para essa situação de violência sexual são os CREAS. Nós falamos aqui de expansão de CREAS, e quero deixar muito claro: nós não estamos nem



pretendemos, nunca pretendemos, terceirizar serviços da assistência social, principalmente, entre eles, CRAS e CREAS. Talvez você tenha escutado uma técnica, que, de forma irresponsável, passou informações inverídicas e essas informações correram as redes sociais, audiências, enfim, locais. Aconteceu realmente de pessoas virem nos perguntar.

Mas eu gostaria de informar para você, Sra. Sayonara, que sexta-feira nós tivemos uma reunião com o Ministério Público, através do Promotor Dr. Marcus Aurélio, que é o Promotor do SUAS, com a Procuradoria-Geral do Município, a Controladoria-Geral do Município, o Sindicato dos Servidores, representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, representante da Secretaria de Planejamento e outros órgãos envolvidos, para que a gente possa, dentro do Município de Natal, encontrar uma solução, porque estamos com expansão de serviços que recebemos do Governo Federal e não temos quantidade de profissionais suficiente para atender as demandas que têm chegado ao nosso Município, inclusive demandas de outros Municípios e de outros Estados, de crianças, adolescentes, pessoas idosas, enfim.

Nós temos um processo seletivo que está vencendo agora dia 22 de junho. E nós estamos correndo atrás, para que não deixem de atender, não deixem o serviço parado. Não temos tempo para um concurso público, e também não temos como parar o serviço.

Dessa forma, fizemos várias reuniões na Secretaria para encontrar uma solução de forma imediata, para que o serviço não fosse prejudicado. Encontramos uma solução imediata, e, junto com essa solução, vai ser deflagrado o concurso no Município de Natal, para que vários profissionais possam ter essa oportunidade.

Então eu gostaria só de sugerir a você que, quando você fosse divulgar alguma informação, você pudesse ir ao órgão de origem checar com os gestores se realmente essa informação procede ou não procede. Porque é muito importante que a pessoa que venha a fazer uma denúncia dessa, que é muito grave, para mim, ela tenha a responsabilidade também de receber as informações corretas.

Então, só para esclarecimento, Sayonara, nós não vamos fazer, nunca pensamos e jamais pensaremos em fazer, nenhuma terceirização do serviço. O que a gente vai fazer, junto com os órgãos competentes, é exatamente alguma forma de



seleção, para poder contemplar todas as demandas que estão nas nossas unidades de CRAS e de CREAS — não só de CRAS, mas de CRAS e CREAS. O que a gente está fazendo, conforme a legislação permite, são alguns convênios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes ou idosos, mas jamais os serviços executados pelos CRAS e CREAs, que são os PAIFs e os PAEFIs, serviços de proteção e atendimento integrado à família e indivíduos, de forma especializada e de forma preventiva. Então PAIF e PAEFI, que são os serviços exclusivos de CRAS e CREAS. Ou seja, CRAS e CREAS são unidades públicas, e jamais elas poderão ser terceirizadas.

Então, só a título de esclarecimento, isso não vai acontecer. E a pessoa, a técnica que de forma irresponsável passou isso nas redes sociais, ela está sendo realmente chamada à responsabilidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Sayonara está pedindo a palavra. Eu vou lhe dar um prazo de 1 minuto, e nós vamos passar para a Relatora e para os encaminhamentos necessários.

A SRA. SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS - Bem, é rapidinho. O que eu gostaria de colocar aqui, Secretaria, é que de forma alguma a gente está, nem eu, nem qualquer profissional do CEDECA Casa Renascer, dando nenhuma informação que a gente não tenha como estar comprovando. Isso não foi, de forma alguma, através de rede social, porque seria uma grande irresponsabilidade se eu estivesse aqui fazendo uma menção dessa de uma informação através de rede social. Eu estou falando do que saiu no Diário Oficial. Essa informação consta lá no Diário Oficial. Se foi equivocada a partir da Prefeitura, eu sugiro que a própria Prefeitura possa estar refazendo, repassando essa informação também no Diário Oficial. Porque essa informação, ela não veio de rede social, ela veio, sim, no Diário Oficial.

Então, para quem tem já uma prática, uma postura de fazer incidência política, acompanhar o que consta no Diário Oficial faz parte do cotidiano da instituição. Eu gostaria de colocar isso, Secretária Verônica, que então a própria Prefeitura possa estar se colocando também no Diário Oficial, porque é uma forma de “publicizar” esse equívoco, como a senhora está colocando aqui. Mas de forma



alguma... E hoje inclusive, pela manhã, Deputada Erika, no próprio Ministério Público, isso foi também informado, e teve essa informação do próprio Ministério Público, assim como também no Conselho Estadual de Assistência Social. Eu acredito que essas instâncias também não tiveram essa informação através de rede social.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Feitos os esclarecimentos, eu vou passar a palavra para a Relatora, para que ela possa fazer suas considerações, e em seguida nós vamos para os encaminhamentos desta audiência pública.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em primeiro lugar, quero parabenizar a Deputada Fátima Bezerra por esta audiência, uma audiência maravilhosa, uma tarde em que nós pudemos debater um assunto tão importante, de tanta relevância, como este. Pudemos tirar muitas ideias, e até saio daqui com a cabeça a mil. Estou aqui com a cabeça a mil em relação até ao que fazer no meu Estado, porque eu ouvi muitas sugestões em relação ao que fazer.

A gente às vezes fica pensando como combater, o que fazer, como remediar. O que é o enfrentamento à exploração sexual infantil? O que está lá na ponta? Nós sabemos que a miséria está por detrás de tudo isso, porque a criança é aliciada porque ela sofre a falta de políticas públicas, porque os pais estão ali naquela linha de pobreza, não têm emprego. Então fica fácil. Aquela criança fica numa situação de vulnerabilidade muito grande, então ela cai nas garras do aliciador com muita facilidade.

Nós sabemos que esse problema deixou de ser um problema que está nas grandes capitais. Ele passou a existir nos lugares mais longínquos, passou a estar nas periferias, passou a ser um mercado muito promissor. O Senador estava aqui dizendo que até em Ribeirinha, até as meninas indígenas estão sendo aliciadas para a prostituição.

Nós estamos vendo que as crianças deixaram de ser prioridade no nosso País. Nós tivemos hoje um dia muito promissor. Esta manhã, começamos no Ministério Público, ouvindo o Dr. Onofre, Procurador-Geral do Ministério Público, que, apesar de todos os problemas que enfrenta, ainda tem um olhar diferenciado



para a questão do enfrentamento dessa problemática que é a exploração sexual de crianças e adolescentes. Apesar de todos os problemas, ele tem a esperança de que nós podemos melhorar, com políticas públicas, com direcionamento, com orçamento próprio, e com esse novo olhar, que é o olhar desses atores, o olhar dessas pessoas que querem mudar a situação das nossas crianças e adolescentes, o olhar dessas pessoas que estão até uma hora desta aqui sentadas, ouvindo, participando e tentando resolver.

Nós sabemos que temos muitos problemas. Natal tem muitos problemas. O Brasil tem muitos problemas. Nós ouvimos que aqui falta estrutura, que há um corte de 84% no orçamento, uma delegacia para atender 167 Municípios, um Estado omissivo na estruturação das polícias. Falta um setor de inteligência na Polícia Civil, há um delegado para 20 cidades, menores infratores sem lugar para ficar.

Mas o Rio Grande do Norte é um Estado bonito. Natal é uma cidade linda, que merece todo o nosso cuidado. Por isso nós estamos aqui.

Nós precisamos de investimento. E investir na criança é uma questão de inteligência. Se nós investimos na criança, nós estamos investindo no ser humano do amanhã, nós estamos investindo em pessoas. E amanhã nós não vamos estar aqui com os nossos filhos, com os nossos netos, discutindo políticas públicas.

Então, gente, é uma questão de prioridade. Criança é prioridade. E não adianta a gente ficar aqui debatendo, debatendo, debatendo, sem ações. Nós precisamos de ações.

Eu gostaria de fazer várias perguntas para a Governadora — estão aqui, olha —, mas não há ninguém para responder. Nós queremos saber o que o Governo vai fazer para os grandes eventos. Nós vamos ter que perguntar amanhã para a Governadora. O que vai acontecer com o delegado? Porque só existe um delegado para 20 Municípios. A questão dos aparelhamentos, o que ela está fazendo com as políticas públicas, por que foi cortado o orçamento. E vai ficar difícil.

Eu vou fazer uma pergunta que seria para o delegado, mas, como o delegado não está aqui, vou fazer para o Dr. Marconi. Vai ficar sem réplica, não é, Erika? Eu vou perguntar porque eu não entendi, porque não tinha ninguém para responder para a gente lá. Hoje nós ficamos 20 minutos no ITEP, e não tinha ninguém para responder. Talvez o senhor possa responder qual é a importância do ITEP nas



investigações de exploração sexual infantojuvenil. Eu gostaria que o senhor respondesse para a gente.

E eu vou fazer, para ser bem rápida... *(Pausa.)*

Eu quero também passar logo a palavra para o padre, porque está muito tarde e todo mundo está cansado, não está? Estava frio, está todo mundo cansado. Eu também quero falar, Ilda... Bacana, Ilda Gomes. Iêda? Ah, Iêda Gomes. Desculpe, Iêda. Você é um amor de pessoa. Seu trabalho é maravilhoso. Você entregou para a gente esta carta de intenções, e a nossa Presidente, a Erika Kokay, ela vai fazer uma carta — ela vai explicar, não é isso? — e vai entregar à Governadora.

Padre Murilo, eu gostaria de saber, com essa falta de investimento, com esse corte todo, será que o aumento desses pontos vulneráveis de exploração sexual infantojuvenil em Natal pode ser fruto dessa falta de investimentos? O senhor acredita que foi por conta disso que aumentaram esses pontos?

E também gostaria de saber da Secretária Municipal, a Verônica, se quando o comércio, quando eles são envolvidos na questão de exploração sexual, se vocês retiram o alvará desse comerciante que é envolvido nessa rede de exploração sexual, se ele perde o alvará de funcionamento.

Então são essas as minhas considerações. Se eu tiver mais alguma pergunta, eu falo depois.

E o que vocês estão preparando, a Prefeitura está preparando, para a questão da Copa, da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, na questão da prevenção? O que vocês estão preparando nessa questão da exploração? Vocês têm alguma campanha, já estão se preparando nessa questão?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bem, com as palavras da Relatora, nós vamos pedir para que as pessoas possam ser o mais objetivas possível. Nós vamos passar para o promotor, para que ele possa proceder às respostas acerca do ITEP. Em seguida vamos passar para o nosso Padre Murilo, e depois para a nossa Secretária Verônica, por um período máximo de 3 minutos para cada um. Depois nós devolvemos para a Relatora, para que ela possa se posicionar, e passaremos aos encaminhamentos.

Doutor, o senhor tem no máximo 3 minutos.



O SR. MARCONI ANTAS FALCONE DE MELO - Só preciso de 1, doutora, e agradeço.

Em relação ao ITEP, é fundamental a sua participação. Qual é a participação do ITEP nos crimes contra a integridade sexual? Para se denunciar uma pessoa por ter cometido um crime, são necessárias duas coisas no Código de Processo Penal: autoria e materialidade. A materialidade é você ter um papel que se chama laudo que diga se houve conjunção carnal, se houve ato libidinoso. Então você não pode denunciar sem ter materialidade, nem que seja por prova testemunhal. E segundo, o parecer psicológico, que reforça mais ainda a materialidade. Aquele problema que foi dito por alguém aqui hoje, que no ITEP estaria para o ano que vem o parecer psicológico. Seria uma cobrança muito importante, Excelências, para amanhã, para que esses laudos de pareceres psicológicos... A vítima... Foi para março que foi falado?

O SR. JOSÉ ARNOR DA SILVA - Março de 2013.

O SR. MARCONI ANTAS FALCONE DE MELO - Março de 2013? Quer dizer, uma pessoa que foi vítima hoje espera todo esse tempo para fazer esse laudo?

Então, sem essas duas coisas, a denúncia se torna muito frágil, e a defesa provavelmente vai conseguir absolver o réu no processo. Somente isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, promotor.

Passo a palavra ao Padre Murilo, para que possa falar acerca das repercussões do corte no orçamento. Em seguida, para a Verônica.

O SR. ANTONIO MURILO DE PAIVA - Pois bem. Então, sem sombra de dúvida, o orçamento é uma peça fundamental para que de verdade o Estatuto da Criança seja efetivado e a prioridade absoluta possa acontecer.

Em todas as instâncias das políticas públicas, sejam de lazer, escola, saúde, segurança, alimentação, melhoria de qualidade de vida nas ruas, nos bairros, etc. e tal, espaços de lazer, que é uma questão muito dolorosa não só em Natal, mas em outras cidades também do Estado, notadamente nas cidades da Grande Natal, trato com as áreas verdes, em tudo isso, sobretudo na questão dos equipamentos humanos — se me permitem a expressão — e em toda parte de ferramenta de trabalho, a gente percebe, por exemplo, que os Conselhos Tutelares, em muitas ocasiões, em muitos Municípios, não têm nem sede, não têm uma sala, não têm um



computador, por exemplo, para que se faça toda a monitoração do SIPIA. O nosso Estado é campeão em não apresentar os relatórios para o SIPIA. Por quê? Porque faltam os computadores, falta Internet... Às vezes temos o computador, mas não temos a Internet. E quando a gente fala de conselho de direito, aí é muito mais complicado, porque o conselho de direito, ele tem quatro membros, via de regra, estatais e quatro membros da sociedade civil. O conselheiro da esfera oficial, ele tem o transporte para se locomover, tem a diária, ou ele tem as garantias que o próprio Município, a duras penas, dá. Outros nem isso dão. Mas para o conselheiro das organizações não governamentais, da sociedade civil, isso não existe. Entendeu, Deputada? Inclusive a gente tem lutado agora na Conferência Nacional de Crianças e Adolescentes para que as instituições sejam de certa maneira amparadas, para que os seus representantes possam participar disso. Às vezes, por exemplo, na escola de conselho que nós temos aqui há uma grande dificuldade de participação, porque o conselheiro da esfera não governamental não está participando. Por que? Porque ele perde o seu dia de trabalho, lá na empresa em que ele trabalha. Às vezes ele está na ONG e não é quadro da ONG, ele representa a ONG. Então haveria a necessidade também de se suprir isso.

Então a questão do orçamento é de fundamental importância, e a gente pede, portanto, à Comissão, à CPI, que coloque isso para a Governadora. Porque nós já colocamos.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Na audiência de amanhã?

O SR. ANTONIO MURILO DE PAIVA - Na audiência de amanhã, essa questão do orçamento, que foi um corte violento. Tivemos 84% do orçamento cortado, afóra toda a questão humana do próprio Conselho Estadual, a dificuldade de mantermos a Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Padre Murilo.

Vou passar a palavra para a Secretária Verônica, para que possa se posicionar em no máximo 3 minutos.

A SRA. VERÔNICA MARIA DA COSTA DANTAS - Em relação aos estabelecimentos que no seu cotidiano exploram crianças e adolescentes, e pelo



que nós temos conhecimento chega inclusive ao conhecimento dos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, eles são fiscalizados. Essa atribuição de fiscalização realmente, em relação a estabelecimento comercial, é do Poder Judiciário e do Ministério Público também, mas nós tivemos vários estabelecimentos fechados no centro de Natal onde foi detectado exploração de adolescentes. Então realmente o estabelecimento é fechado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas pelo Ministério Público ou Prefeitura cassa o alvará?

A SRA. VERÔNICA MARIA DA COSTA DANTAS - O Ministério Público encaminha, junto com o Poder Judiciário, para o Município, para que o Município tome as devidas providências. Mas de imediato ele é fechado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, diante da situação de exploração daquela criança, daquele adolescente. Mas, com certeza, todo o encaminhamento é feito para o Município, para que tome as devidas providências legais também. Mas, de imediato, é feito pelo Poder Judiciário.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A Prefeitura tem que cassar o alvará.

A SRA. VERÔNICA MARIA DA COSTA DANTAS - Sim.

Em relação ao trabalho que é feito de prevenção para a Copa, nós temos a Secretaria SEMTAS que tem assento junto à Secretaria que está fazendo toda a coordenação dos trabalhos preventivos da Copa no Município de Natal. Estamos, desde 2010, na revisão do Plano Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual. Estamos em fase já bem adiantada, porque iniciamos com o COMDICA — Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tivemos algumas situações e precisamos dar uma parada agora em 2011, mas estamos retomando, para, o mais rápido possível, fazer essa revisão, porque é um plano muito importante para que a gente possa garantir realmente todas as situações, principalmente a promoção e a responsabilização da garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Estamos também ampliando os serviços de prevenção, para que crianças, adolescentes e jovens possam ter atividades durante os horários contrários aos da escola. Estamos também encaminhando as famílias das crianças e adolescentes



que estão cadastrados no Cadastro Único para os cursos de qualificação do PRONATEC, que é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que é muito importante e é direcionado para as famílias em situação de vulnerabilidade. Então o Município de Natal tem essa parceria com o Sistema S, SENAI, SENAC, UFRN e IFRN. Então esse também vai ser um suporte para as famílias.

Estamos também ampliando o ProJovem Adolescente, os CRAS, os CREAS, trabalhos que possam fortalecer toda a família, não só para a Copa, mas para que possam, depois também da Copa, ter esse suporte no Município de Natal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Secretária. Vou passar para a Relatora, para que nós possamos concluir e fazer os encaminhamentos necessários.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bem, eu quero parabenizar a Secretária por esse trabalho em relação à Copa do Mundo, a esses grandes eventos.

Eu terminei.

Quero parabenizar a Polícia Rodoviária Federal pelo trabalho de vocês. É bacana estar ouvindo vocês. É muito importante o trabalho de vocês, porque nós sabemos que nessa rede de exploração sexual há o tráfico, né? Crianças saem, adolescentes saem de um Estado para outro pelas rodoviárias federais. E é muito importante a fiscalização nesse sentido. Eu sei que vocês fazem um trabalho muito importante, são os nossos parceiros e estão aqui conosco. Quero parabenizá-los por esse trabalho.

No Rio de Janeiro, quando eu estava Vereadora, eu fiz uma CPI lá e vocês foram muito importantes ajudando a gente nesse sentido. Nós descobrimos que crianças estavam saindo até em boleias de caminhão do Rio para São Paulo, e nós fizemos um trabalho de conscientização com os caminhoneiros, e os bons caminhoneiros nos ajudaram a conscientizar aqueles que não eram bons caminhoneiros, nesse sentido. Então é muito importante a participação de todos.

Eu me coloco à disposição, para que vocês possam nos ajudar. A CPI tem um telefone, que é o 0800-916916, que é o telefone Disque-CPI, para que vocês possam denunciar. Vocês podem mandar as denúncias, as demandas e também



sugestões, para poderem nos ajudar no sentido de que possamos agilizar os trabalhos da CPI e ter ideias até de projetos de lei, no final dos nossos trabalhos.

Agradeço a vocês a acolhida nesta cidade maravilhosa. Nós sabemos que em todas as casas há problemas. Quem não tem problemas em sua casa? Na cidade do Rio de Janeiro eu também tenho problemas. Erika tem problemas na casa dela, em Brasília. Não é, Erika? Mas nós tentamos resolver os nossos problemas dentro de casa.

E estamos aqui para ser parceiros e tentar minimizar o sofrimento das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Sabemos que com amor, carinho e dedicação e o nosso comprometimento com a política, uma política verdadeira, uma política com transparência, uma política verdadeira, nós vamos construir um Brasil melhor, um Brasil que verdadeiramente vai ter um compromisso com as nossas crianças e os nossos adolescentes.

A Presidente Dilma tem trabalhado nesse sentido. Dilma tem feito um trabalho maravilhoso em relação às nossas crianças. Tem lançado projetos que têm minimizado a dor das nossas crianças. O Programa Brasil Carinhoso ela lançou para ajudar as mulheres que têm filhos de até 6 anos de idade com 70 reais. Isso vai ajudar bastante na questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. E também o...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Brasil que Protege.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Brasil que Protege. Você que é do PT sabe mais do que eu. (*Riso.*)

Então, ela tem vários programas e está ajudando nessa questão da exploração sexual. Quando você combate a miséria e ajuda essas mães que não têm, de repente, o que dar de comer aos seus filhos, você tira uma criança da prostituição. É por aí que nós vamos combater esse mal, ajudando a tirar o nosso povo da miséria. Dando condições de vida melhor para esse povo que está aí é que vamos combater a exploração sexual dos nossos jovens.

Então, eu me ponho à disposição de vocês. Um beijo no coração.

Obrigada, Fátima. Obrigada, Sandra Rosado, pela acolhida. Obrigada, todos vocês que estão aqui.

Um abraço à Prefeita.



Obrigada, Deputados e Senadores. Obrigada, Ministério Público. Obrigada, queridas, pela acolhida, pela sua instituição.

Que Deus abençoe todos! Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer à nossa Relatora.

Vamos, então, para os encaminhamentos.

Primeiro, eu vou reafirmar que o telefone da CPI é 0800-619619. Então, 0800-619619.

E quero dizer que nós vamos elaborar um documento...

Esse é o telefone para denúncias. E as denúncias acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes serão encaminhadas à CPI. Portanto, telefone para denúncia. E as denúncias acerca da exploração sexual e do turismo sexual de crianças e adolescentes chegarão à CPI. É 0800-619619 o telefone para denúncias.

Nós vamos fazer a construção — foi tecida com tantas falas, com tantas experiências e tantos olhares, mas com o mesmo objetivo — de um documento, para que nós possamos levar para a Governadora no dia de amanhã. Vamos fazer desse documento, se todas e todos estiverem de acordo, uma resolução desta audiência pública. Vamos utilizar, se estiverem todas e todos de acordo, como estrutura básica esse documento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Padre Murilo. Se todas e todos estiverem de acordo, nós vamos utilizar essa estrutura básica. Mas vamos acrescentar algumas sugestões que foram desenvolvidas nesta audiência pública. O que nós pudemos colher estamos lendo, porque depois, se alguém quiser ou achar que deve acrescentar outro aspecto do que foi discutido nesta audiência pública, iremos incorporar.

Então, nós estamos colhendo as sugestões. Foram feitas pela DCA e pelo MP: a criação de outras DCAs no interior do Estado, tendo como exemplo Caicó e Mossoró; a criação de outra DCA na Zona Norte de Natal, para dividir com a atual delegacia, com a equipe especializada; a nomeação de um delegado-adjunto para a DCA, de um escrivão para atuar na DCA; melhores condições estruturais — viaturas, computadores, enfim, estrutura — para o funcionamento da DCA; da nomeação de mais policiais civis aqui também foi falada; a nomeação de profissionais em



Psicologia e Tecnologia de Informação para ajudarem na investigação criminal do ITEP.

Nós temos claro — e aqui já foi dito — que o laudo de conjunção carnal e atos libidinosos e o parecer psicológico imediato para as vítimas, logo após a violência efetivada, são absolutamente importantes para dar celeridade ao processo, para que não tenhamos esse nível de morosidade que é absolutamente estruturante ou desestruturante, para que possamos romper com a impunidade.

Nós também vamos solicitar a mudança do atual prédio da DCA para outro local mais amplo, para atender melhor às vítimas. Nós fotografamos o prédio da DCA. Vamos ver se é possível anexar as fotografias.

Estamos sugerindo ainda o desenvolvimento de um setor de inteligência nas DCAs, em virtude dos crimes cibernéticos, crimes de difícil investigação. Hoje, o Procurador pontuava alguns aspectos. Um deles diz respeito aos crimes que não acontecem com tanta nitidez, na medida em que existem outras estratégias para que se estabeleçam as redes de exploração sexual. Uma delas é a utilização dos instrumentos da informática, nessa perspectiva.

Que se façam operações bimestrais, ou seja, operações intersetoriais, para que nós possamos fazer esse enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Que nós transformemos o Projeto ViraVida em uma política pública, nesta perspectiva: a perspectiva de capacitação, a perspectiva de atendimento referencial, com vários olhares, e também de geração de renda. Isso me parece absolutamente fundamental, para que você possa mostrar que é preciso empoderar de outra forma. Digo isso porque os nossos meninos têm que entender que se empodera de muitas formas. Por isso a importância das políticas básicas, inclusive da política cultural, para que se sintam com poder, porque são como são ou porque têm expressões artísticas sem que possam se sentir com poder porque detêm o tênis e a roupa de marca, entre outras coisas. Isso porque vivemos em uma sociedade que diz: *“Consuma para ser alguém”*. E não dá o direito de consumir, com o ser humano muito mercantilizado e o “ser” muito confundido com o “ter”.

A construção de um órgão para articular as políticas. Eu penso que tanto um CDCA quanto o Comitê Estadual podem ser esses instrumentos. Nós não



precisamos criar um novo órgão; nós precisamos destinar ou designar, ou seja, deixar claro o poder de articulação de um órgão que tenha a intersetorialidade e a participação da sociedade civil, como CDCA e o Comitê Estadual.

E a questão da LDO. Para que você possa contemplar na LDO o enfrentamento com as suas várias ações, que passam também por ações de prevenção. E, obviamente, as ações de prevenção têm como foco prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas, como são ações de prevenção, elas previnem e asseguram direitos, que os direitos não sejam violados.

Então, nós vamos sugerir às pessoas que possam ficar aqui, à Assessoria da própria CPI — e, obviamente, com toda a nossa solidariedade —, que incorporem essas sugestões que surgiram nesta audiência pública no corpo do documento.

Portanto, Padre Murilo, nós vamos utilizar este documento, dizer que é uma contribuição do Conselho e fazer uma introdução, inclusive, dizendo quem estava presente, a composição desta audiência, com os vários órgãos. E, a partir daí, dizer que foi apresentado este documento, que utilizamos como documento-base, acrescentando a eles outras sugestões que aqui vieram. Mas acho que é importante que tenhamos a honestidade intelectual de dizer que este documento está aproveitando a estrutura do documento apresentado pelo Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputada Erika, eu queria rapidamente... Porque já está nos encaminhamentos.

Eu acho que Arnor não passou para você que esta é a cópia do boletim de ocorrência acerca de uma violação. Ou seja, da Graciete, da ocorrência que foi feita, de que ela teria sido vítima de abuso sexual. Há uma ocorrência já, aí. Portanto, estou passando para as mãos de V.Exa. porque creio que isso pode ser cobrado amanhã, junto ao Governo, bem como junto ao Ministério Público.

E acho que foi muito feliz a iniciativa de vocês de ter como texto-base o documento do Conselho, porque exatamente o documento do Conselho sintetiza a realidade da questão, da exploração sexual infantojuvenil no nosso Estado.

E ainda quero acrescentar, Deputada Erika, que, no que diz respeito à questão do funcionamento dos Conselhos, amanhã, junto à Governadora, quando se vai tratar de questões orçamentárias e outros aspectos, que também se pautem



amanhã com a Governadora, no que diz respeito à questão do funcionamento do Conselho, a questão da liberação de uma servidora. Lêda está por dentro de toda a situação.

Por favor, lêda, amanhã passe para a Deputada Erika e para a Deputada Liliam.

É a liberação de uma servidora. Evidentemente, o Conselho precisa, para poder tocar as suas atividades. Como lêda está por dentro, eu não vou relatar aqui o assunto. Lêda fala com a Deputada Erika e a Deputada Liliam.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, esse documento, de uma menina de 13 anos... Nós vamos fazer uma capa para ele, para encaminhar à Governadora. Obviamente, vamos passar também uma cópia para o Promotor. Mas vamos fazer uma capa e encaminhar esse documento, pedindo celeridade nas investigações. E vamos também repassar para a Governadora, no dia de amanhã. Esse documento específico.

Então, vamos tirar uma cópia, entregar para o Promotor, fazer uma capa, dizendo que a CPI — e já temos uma cópia aqui — recebeu essa denúncia e pede celeridade à Governadora, na apuração.

Eu queria saber se alguém discorda ou quer acrescentar mais alguma coisa acerca dos encaminhamentos que foram tirados aqui para serem desenvolvidos amanhã, na reunião com a Governadora. Ou seja, utilizar como base o documento do Conselho, em que vamos dizer desta audiência, de quem esteve presente na audiência, à Mesa e tal, e dizer que estamos utilizando como estrutura básica este documento, acrescentando-se as sugestões tiradas na audiência. As sugestões que aqui estão serão incorporadas ao item que for relacionado ao pleito e à sugestão pontuada.

Deputada Sandra Rosado.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Eu gostaria só de fazer um reforço a essa questão que foi colocada aqui pelo nosso policial civil, o delegado: o aumento de efetivos no interior do Estado, principalmente.

Então, eu gostaria que isso fosse reforçado porque isso muito ajudaria no trabalho.



E apenas para registrar — eu não registrei na minha fala... Mas eu quero prestar aqui um depoimento a respeito da importância da Polícia Rodoviária Federal. Tem sido uma grandiosíssima parceira no trabalho de combate à violência, à exploração de crianças, ao tráfico de pessoas. Então, quero reconhecer aqui, publicamente, esse trabalho que vem sendo feito pela Polícia Rodoviária Federal.

Obrigada.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Quero acrescentar, no que diz respeito à convocação de novos policiais, Deputada Erika e Deputada Liliam, e destacar que há pessoal concursado, apto exatamente a assumir. Tanto no que diz respeito aos policiais militares quanto no que diz respeito aos policiais civis.

Há uma luta aí. Há mais de 1 ano a sociedade tem cobrado e tem-se mobilizado.

Foi importante esse lembrete da Deputada Sandra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

A SRA. VERÔNICA MARIA DA COSTA DANTAS - Eu gostaria só de acrescentar que está previsto na política pública de assistência social o cofinanciamento dos três entes — União, Estados e Municípios. Gostaria de acrescentar que o Estado do Rio Grande do Norte possa fazer o cofinanciamento previsto na Constituição Federal de 1988, previsto também na Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, e previsto no SUAS, para que crianças e adolescentes tenham em seus serviços esse cofinanciamento, para que também possamos expandir mais serviços no Município. E, agora, com a Copa também, como foi colocado, os Municípios do Rio Grande do Norte, principalmente Natal, precisam desse suporte também do Estado.

Cofinanciamento estadual, previsto para crianças e adolescentes, tanto para a prevenção quanto para o enfrentamento de situações de trabalho infantil e de exploração sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ótimo. Essa questão do cofinanciamento estadual previsto para prevenção e enfrentamento da exploração sexual entra na discussão, inclusive, orçamentária. Aqui dá para entrar.

Então, vamos lá. Mais alguém quer fazer algum outro...? (*pausa*) Então, vamos só repassar: vamos fazer uma capa para esta denúncia, pedindo celeridade



— a denúncia em anexo; vamos fazer uma introdução para este documento, nominando as entidades e os Parlamentares e as Parlamentares que estavam presentes nesta reunião; dizendo que este documento, o documento que estamos apresentando, teve como estrutura básica o documento do Conselho, acrescentadas a ele as propostas que surgiram durante a discussão, que estão aqui listadas e que devem ser acrescentadas ao item temático correspondente; depois vamos falar de cofinanciamento e vamos introduzir na questão orçamentária; e outras mais.

Está claro, gente? Todas e todos estão de acordo? (*Palmas.*)

Então, quero agradecer muito pela presença a todas e a todos vocês. Estamos encerrando esta audiência e convocando a próxima reunião da CPI para o dia 12 de junho, às 14h30min, na Câmara Federal, na sede da Câmara Federal, em plenário a ser decidido.

Solicitamos uma série de informações, tanto ao Ministério Público quanto ao ITEP e à própria DCA — e da DCA já obtivemos uma série de informações. Vamos estar no aguardo e cobrando essas informações, para que possamos fazer um relatório o mais fiel e o mais profundo possível, no que diz respeito às discussões que fizemos aqui, hoje.

Quero muito agradecer a todas e a todos, em particular à Deputada Fátima Bezerra, autora do requerimento para a realização desta audiência pública; à Deputada Sandra Rosado; à Deputada Liliam Sá; aos Parlamentares que estiveram presentes; ao nosso Senador Paulo Davim; ao nosso Deputado Fernando Mineiro; à nossa Deputada Márcia Maia; à nossa Vereadora Júlia Arruda, que aqui estiveram conosco; a todas as entidades que estiveram presentes e a todas as instituições que contribuíram com essa discussão.

Com essas palavras e desejando a todos uma boa noite, uma boa paz no coração, declaro encerrada a presente audiência pública. (*Palmas.*)